

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS POETA TORQUATO NETO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS-CCHL
CURSO: LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ANA THAIS DA SILVA CARDOSO

**A BATALHA DO JENIPAPO E O ENSINO DE HISTÓRIA: ABORDAGENS E
DESAFIOS**

**TERESINA
2025**

ANA THAIS DA SILVA CARDOSO

**A BATALHA DO JENIPAPO E O ENSINO DE HISTÓRIA: ABORDAGENS E
DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
História da Universidade Estadual do
Piauí, campus Poeta Torquato Neto, para
obtenção do grau de Licenciado em
História.

Orientadora: Prof^a Dra. Antonia Valtéria
Melo Alvarenga.

TERESINA

2025

ANA THAIS DA SILVA CARDOSO

**A BATALHA DO JENIPAPO E O ENSINO DE HISTÓRIA: ABORDAGENS E
DESAFIOS**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Piauí, sob a orientação da Profª Dra. Antonia Valtéria Melo Alvarenga, para obtenção do grau de Licenciado em História.

Data da Defesa: 27 / 06 / 2025

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Orientadora - UESPI

Prof. Dr. Antonio Maureni Vaz de Verçosa de Melo
Membro – UESPI

Prof. Dr. João Batista Vale Júnior
Membro – UESPI

Dedico este trabalho a todos que escolhem estudar, ensinar e defender a História regional, a quem insiste em lembrar o que muitos preferem esquecer, a vocês que transformam memória em resistência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha eterna gratidão. Ele me deu forças nos momentos difíceis, sabedoria nas dúvidas e serenidade para seguir em frente quando os desafios pareciam grandes demais.

Aos meus pais, Lúcia e Ricardo, minha base. Agradeço por todo o amor, por cada palavra de encorajamento, cada gesto de cuidado e, sobretudo, por acreditarem em mim e nos meus sonhos. Sei que esta conquista também é de vocês.

Ao meu marido, Marcos Antonio, meu parceiro de vida. Obrigada por estar ao meu lado nas noites de estudo, por me acolher nas horas de ansiedade e incerteza, e por celebrar comigo cada pequena vitória.

À minha orientadora, professora Antonia Valtéria, expresso minha profunda gratidão. Sua paciência e dedicação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Mais do que orientadora, foi uma inspiração, acreditando em mim até quando eu mesma duvidava da minha capacidade.

Aos meus colegas de classe — Alexandre, Fernanda, Lucas, Otto, Mariana, Mateus e Emerson — agradeço pela amizade e pelas experiências compartilhadas ao longo da caminhada. As conversas, as trocas de ideias e o apoio mútuo tornaram essa jornada mais significativa.

Em especial, agradeço à Melga, não apenas colega de classe, mas uma grande amiga. Sua ajuda na coleta dos livros, nos bastidores da apresentação e seu apoio constante foram essenciais. Sua presença tornou o caminho mais leve e possível.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como a Batalha do Jenipapo tem sido representada pela historiografia ao longo do tempo e de que forma o episódio é abordado no ensino de História, com ênfase nos livros didáticos do Ensino Fundamental. A escolha do tema justifica-se pela importância de valorizar a história regional e refletir sobre os silenciamentos presentes nos conteúdos escolares. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de documentos curriculares e didáticos. O estudo propõe ainda uma sequência didática voltada ao fortalecimento do ensino da História local, contribuindo para a construção de uma consciência histórica crítica e plural. Por fim, ressalta-se que este trabalho não se propõe a esgotar as discussões sobre a Batalha do Jenipapo, tampouco sobre o ensino de História local. Pelo contrário, busca-se abrir caminhos para novas investigações, tanto no campo historiográfico quanto no didático-pedagógico.

Palavras-chave: Batalha do Jenipapo; Ensino de História; Livro Didático; Historiografia; História Regional.

ABSTRACT

This research aims to analyze how the Battle of Jenipapo has been represented in historiography over time and how the episode is addressed in the teaching of history, with an emphasis on elementary school textbooks. The choice of this topic is justified by the importance of valuing regional history and reflecting on the silences present in school curricula. This is an exploratory study with a qualitative approach, based on a bibliographic review and the analysis of curricular and didactic documents. The study also proposes a didactic sequence aimed at strengthening the teaching of local history, contributing to the development of a critical and plural historical consciousness. Finally, it is emphasized that this work does not intend to exhaust discussions on the Battle of Jenipapo or on the teaching of local history. On the contrary, it seeks to open paths for new investigations, both in the historiographical field and in the didactic-pedagogical domain.

Keywords: Battle of Jenipapo; History Teaching; Textbook; Historiography; Regional History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Capa do livro “História Temática – Terra e Propriedade” (7 ^a série).....	32
Figura 2 - Capa do livro “Passaporte para a História” (8 ^º ano).....	34
Figura 3 - Trecho do livro Passaporte para a História sobre a Batalha do Jenipapo	35
Figura 4 - Capa do livro “Projeto Radix – raiz do conhecimento” (8 ^º ano).....	37
Figura 5 - Trecho do livro Projeto Radix sobre a Batalha do Jenipapo	38
Figura 6 - Capa do livro “Estudar História – Das origens do homem à era digital” ...	39
Figura 7 - Trecho do livro “Estudar História” sobre a Batalha do Jenipapo	40
Figura 8 - Imagem do livro “Estudar História” sobre a Batalha do Jenipapo	41
Figura 9 - Capa da obra “Teláris História” (8 ^º ano)	43
Figura 10 - Trecho do livro “Teláris História” sobre a Batalha do Jenipapo	44
Figura 11 - Focos de resistência à independência no Brasil (1822–1824)	45
Figura 12 - Capa da obra História: Sociedade & Cidadania”(8 ^º ano)	46
Figura 13 - Trecho do livro “História: Sociedade & Cidadania” sobre a Batalha do Jenipapo.....	48
Figura 14 - Monumento em homenagem à Batalha do Jenipapo	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo 1: A Historiografia da Batalha do Jenipapo: Tendências de um Debate Local.....	13
1.1 Intelectuais diletantes e a construção da memória Histórica.....	13
1.2 - O olhar acadêmico: revisitando a narrativa da Batalha do Jenipapo	22
Capítulo 2: A Batalha do Jenipapo no Ensino de História: Análise dos Livros Didáticos e a Sequência Didática	29
2.1 A Batalha do Jenipapo no Livro Didático de História: uma análise crítica	29
2.2 Sequência Didática: metodologias para o ensino da Batalha do Jenipapo	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	62
ANEXOS	65

INTRODUÇÃO

A Batalha do Jenipapo, travada em 13 de março de 1823, representa um marco relevante nas lutas pela independência do Brasil, destacando o protagonismo da então Província do Piauí no processo emancipacionista. Embora a independência tenha sido declarada em 7 de setembro de 1822, ela não se estendeu imediatamente às regiões Norte e Nordeste, áreas de grande interesse estratégico e econômico para Portugal.

O estado financeiro do Piauí em 1821 era considerado favorável. Naquele período, observava-se um crescimento expressivo na atividade agropecuária, com o abate de quinze mil bois em Parnaíba destinados ao abastecimento dos mercados do Maranhão, Ceará e Bahia. O comércio de algodão era um dos mais prósperos do país, ao lado da produção de fumo, cana-de-açúcar e outros produtos. Cerca de metade da renda bruta das fazendas de gado era enviada à Coroa portuguesa, enquanto o restante era utilizado para manter as atividades militares e administrativas locais. Inserido nesse contexto, o oficial português João José da Cunha Fidié foi designado para atuar na região — personagem cuja atuação será examinada ao longo deste trabalho (Castro, 2002).

Inserida nesse contexto, observa-se que, embora a Batalha do Jenipapo esteja presente em algumas produções historiográficas e em determinados materiais didáticos, sua abordagem ainda é marcada por limitações e, muitas vezes, por um tratamento secundário em relação a outros eventos do mesmo período. A inquietação que impulsionou a realização desta pesquisa surgiu durante as discussões da disciplina de Historiografia Piauiense, cursada no sexto período da graduação em História, quando se tornou evidente que muitos colegas desconheciam, ou pouco conheciam, o significado histórico da Batalha do Jenipapo.

Tal constatação, inicialmente observada no espaço acadêmico, evidenciou-se não como uma realidade isolada, mas como um reflexo de uma problemática mais ampla. Em diálogos informais com pessoas de diferentes áreas, foi recorrente o relato de que o episódio não havia sido abordado — ou ao menos não de forma significativa — durante a educação básica. Essas percepções evidenciaram uma lacuna

preocupante na valorização da história regional no ensino escolar, o que motivou a elaboração deste estudo.

Desse modo, este trabalho tem como objetivo geral analisar como a Batalha do Jenipapo vem sendo representada pela historiografia ao longo do tempo e de que forma esse evento é abordado no ensino de História, especialmente nos livros didáticos do Ensino Fundamental. Como desdobramentos desse objetivo central, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: (i) investigar as diferentes abordagens historiográficas sobre a Batalha do Jenipapo, identificando permanências, rupturas e tendências nas interpretações produzidas ao longo do tempo; (ii) analisar criticamente a forma como o tema é apresentado nos livros didáticos de História, considerando o alinhamento às diretrizes curriculares; e (iii) propor uma sequência didática que contribua para o fortalecimento do ensino da história local.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória, com abordagem bibliográfica e documental. No âmbito da historiografia piauiense, adotam-se duas propostas de periodização. A primeira, apresentada por Teresinha Queiroz (2022), organiza a produção historiográfica em três fases: a escrita instituinte, a historiografia revisionista e a historiografia moderna. Estão inseridos nessas fases os seguintes autores: José de Alencastre, Luiz Vieira da Silva, Abdias Neves, Francisco Augusto Pereira da Costa, Clodoaldo Freitas, Odilon Nunes, Wilson de Andrade Brandão e Monsenhor Chaves.

A segunda proposta de periodização é apresentada por César Monte (2024), que acrescenta a fase denominada historiografia acadêmica, marcada pela adoção de referenciais teórico-metodológicos mais rigorosos e pela problematização das relações sociais e da participação popular. Integram essa fase os autores Bernardo de Sá Filho, Claudete Dias, Antônio Fonseca Neto, Maria do Amparo Alves de Carvalho, Marcelo de Sousa Neto e Pedro Vilarinho Castelo Branco.

No que diz respeito ao ensino de História, este trabalho fundamenta-se em uma perspectiva que comprehende o ensino não apenas como transmissão de conteúdos, mas como prática social, cultural e política, responsável pela formação de consciências, construção de identidades e valorização de memórias. Dialoga-se,

nesse sentido, com os aportes teóricos de Circe Bittencourt, Alain Choppin, Maristela Carneiro, Mullet Pereira e Mara Cristina de Matos Rodrigues.

Este trabalho está estruturado em dois capítulos. O primeiro, intitulado “A Historiografia da Batalha do Jenipapo: Tendências de um Debate Local”, está dividido em dois tópicos e tem como objetivo realizar uma análise historiográfica sobre a Batalha do Jenipapo, observando como as interpretações foram sendo construídas, disputadas e ressignificadas ao longo do tempo, desde os registros dos intelectuais dilettantes do século XIX até os estudos acadêmicos contemporâneos.

O segundo capítulo, denominado “A Batalha do Jenipapo no Ensino de História: Análise dos Livros Didáticos e a Sequência Didática”, também subdividido em dois tópicos, analisa como a Batalha do Jenipapo é abordada nos livros didáticos de História, considerando seu alinhamento às diretrizes curriculares, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A partir dessa análise, é apresentada uma proposta de sequência didática que visa fortalecer o ensino da Batalha do Jenipapo, adotando metodologias ativas que promovam a reflexão crítica e o protagonismo dos(as) estudantes.

Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento do ensino de História local, para a valorização de sujeitos historicamente invisibilizados e para a formação de uma consciência histórica crítica e plural entre os(as) estudantes. Afinal, como destaca Circe Bittencourt (1993), o ensino de História não é apenas uma transmissão de conhecimentos, mas uma prática social e política que forma identidades e visões de mundo. Nesse contexto, resgatar e ensinar a Batalha do Jenipapo é, acima de tudo, um ato de justiça histórica.

CAPÍTULO 1: A HISTORIOGRAFIA DA BATALHA DO JENIPAPO: TENDÊNCIAS DE UM DEBATE LOCAL

1.1 Intelectuais dilettantes e a construção da memória Histórica

A Batalha do Jenipapo destaca-se como um marco nas lutas pela independência do Piauí. Inicialmente, sua análise foi conduzida por intelectuais que, apesar de não possuírem formação acadêmica específica em história, dedicaram-se ao registro e interpretação do passado. Dessa forma, a construção da memória histórica desse evento envolveu múltiplas perspectivas, com autores provenientes de diferentes contextos sociais e políticos. Essa diversidade de abordagens é fundamental para compreender como a memória da Batalha do Jenipapo foi formada e reinterpretada ao longo do tempo.

Teresinha Queiroz, no artigo *A história da independência no Piauí, das escritas instituintes aos revisionismos, das versões modernas às celebrações*, publicado em 2022, propõe uma periodização da historiografia sobre a independência do Piauí em três fases: escrita instituinte, historiografia revisionista e historiografia moderna. Essas fases são associadas a três datas emblemáticas: 19 de outubro (adesão da Vila de Parnaíba à independência), 24 de janeiro (adesão de Oeiras, então capital, à independência) e 13 de março (data da Batalha do Jenipapo). Este subcapítulo busca analisar a forma como a Batalha do Jenipapo é abordada dentro dessa periodização proposta por Queiroz.

A **escrita instituinte**, predominante desde o século XIX, reflete os conflitos e interesses específicos de diferentes regiões envolvidas no processo de independência, como Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Piauí e Maranhão. As narrativas construídas nesse período frequentemente se fundamentavam em registros oficiais, preservados em arquivos locais e nacionais, que serviam como alicerce para a elaboração dos relatos históricos. Ainda assim, as tensões entre a tradição oral e a escrita permaneciam claramente perceptíveis.

César Monte (2024), em sua dissertação, observa que esses escritos destacavam aqueles que, ao longo do tempo, foram escolhidos como protagonistas das narrativas. Conforme afirma:

Do lado dos nacionais os nomes dos homens da elite parnaibana como Simplício Dias da Silva, João Cândido de Deus e Silva, Leonardo Castelo Branco ou de oeirenses como padre Marcos e Manoel de Sousa Martins. Do lado dos portugueses sobressai-se o nome, a expressividade ou insignificância, dependendo do momento e da autoria da escrita, do major Fidié (Monte, 2024, p. 10-11).

A obra *Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí*, de José de Alencastre, publicada em 1857, é a primeira referência mencionada por Queiroz nessa etapa. Alencastre, que ocupou cargos como presidente das províncias de Goiás e Alagoas e atuou como promotor público em Oeiras, detalha os movimentos de João José da Cunha Fidié, governador das armas e comandante das tropas portuguesas.

Apesar de dedicar três páginas aos eventos da independência no Piauí, Alencastre aborda a Batalha do Jenipapo de forma breve, com apenas dois parágrafos. O primeiro, de caráter introdutório, relata que Fidié partiu de Parnaíba em 1º de março com mais de 1.300 soldados, encontrou Piracuruca deserta e avançou para Campo Maior, onde enfrentou forças lideradas pelo major Bernardo Antônio Saraiva, Alexandre Pereira Nereu e o capitão Luiz Rodrigues Chaves. O segundo parágrafo descreve o combate, enfatizando a superioridade das tropas portuguesas, que, após algumas horas de combate, derrotaram as forças brasileiras, que estavam mal armadas e desorganizadas. Em suas palavras:

No dia 13 de Março as duas forças estavam em frente uma da outra nas imediações de Campo-maior. Fidié foi obrigado a combater. Pelas oito horas e meia d'esse mesmo dia, no logar Ginipapo se empeçou o combate. Depois de tres horas de vivíssimo fogo, a maior parte da força patriota que combatia com foices e machados, não pôde resistir a quatro boccas de fogo, e a uma força bem disciplinada, abandonou o campo, e veio refugiar se na villa. O resto, completamente desbaratado, tomou a direcção de Oeiras, deixando muitos mortos e prisioneiros, entre outros o capitão Manoel Martins Chaves. A força portugueza perdeu na accão do Ginipapo mais de 100 soldados (Alencastre, 1857, p. 46).

Posteriormente, em 1862, Luiz Vieira da Silva, que presidiu a Província do Piauí entre 1869 e 1870, publicou a obra *História da Independência da Província do Maranhão*, trazendo uma abordagem mais detalhada sobre o confronto pela independência. No capítulo III, intitulado "(1822—1823)—O major João José da Cunha Fidié entra na vila de São João do Parnaíba—Expedição do tenente-coronel Manoel de Sousa Pinto de Magalhães—Salvador Cardoso de Oliveira—Combate do

Jenipapo", Vieira da Silva dedica 16 páginas ao tema, das quais sete são voltadas especificamente para a Batalha do Jenipapo.

O autor inicia contextualizando as movimentações das forças brasileiras, lideradas por figuras como Salvador Cardozo e o tenente-coronel Alecrim. Segundo o texto, "assim que pisou no Piauhy, cuidou logo de reunir-se a algum dos chefes, e era já acompanhado por uns oitenta voluntários à cavallo, armados de carabina e muniçeados" (Vieira da Silva, 1862, p. 67). O tenente-coronel Alecrim, ao receber ordens de Campo Maior, se uniu ao major Luiz Rodrigues Chaves para marchar contra Fidié. Após uma marcha durante a noite, Alecrim e Chaves juntaram suas tropas, formando uma força de dois a três mil homens, posicionados estrategicamente nas margens do rio Jenipapo.

A batalha decisiva é descrita como "o mais notável que se deu por occasião da luta da independência nas províncias do Piauhy e Maranhão" (Vieira da Silva, 1862, p. 68). Apesar da bravura dos brasileiros, a disciplina e superioridade das armas portuguesas garantem a vitória de Fidié. Tendo ocorrido no dia 13 de março, a luta teve início por volta das nove horas da manhã e se estendeu até depois do meio-dia. As forças brasileiras tiveram cerca de duzentos homens entre mortos e feridos, além de 542 prisioneiros, incluindo aqueles que se apresentaram ao comandante das armas após o confronto. Os brasileiros também perderam três caixas de guerra, uma peça de artilharia de calibre 3, munições e uma bandeira. Por outro lado, as tropas portuguesas sofreram a morte de dezesseis soldados, além de um sargento, um alferes e um capitão, enquanto outros sessenta homens ficaram feridos.

Após a batalha, Fidié, enfrentando escassez de suprimentos, estabeleceu um acampamento no Estanhado, buscando reforços do tenente-coronel Magalhães para fortalecer suas tropas. No entanto, as ordens do marechal Faria limitaram o envio de auxílio. Como agravante, houve ainda a perda de sua bagagem — episódio que diferentes autores interpretam de maneiras distintas. Vieira da Silva relata que o capitão Alexandre Nery "se havia apossado" da bagagem do chefe português, enquanto Abdias Neves descreve o acontecimento como um "roubo". Essas narrativas, que tratam o episódio como uma verdade estabelecida, seriam mais tarde problematizadas por Monsenhor Chaves — cuja análise crítica será retomada adiante neste capítulo.

Enquanto Fidié tentava reorganizar suas forças após o confronto, os patriotas também enfrentavam sérias dificuldades. A derrota no Jenipapo causou grande dispersão entre as tropas brasileiras, exigindo esforços urgentes de reorganização. Segundo Vieira da Silva (1862), Salvador Cardozo destacou-se nesse processo ao reunir soldados dispersos com o apoio do tenente-coronel Alecrim.

Outro destaque importante é a obra *A Guerra do Fidié*. Conforme Queiroz (2022, p. 65), o livro, escrito por Abdias Neves e publicado pela primeira vez em 1907¹, é amplamente celebrado como o principal texto sobre o processo da independência no Piauí. A obra organiza os eventos desde a chegada de Fidié até o retorno das tropas de Caxias ao Maranhão, utilizando documentação oficial sobre as províncias do Ceará, Piauí e Maranhão, com maior foco nas duas últimas.

O capítulo X, intitulado "A Batalha do Jenipapo", apresenta uma descrição detalhada do confronto que simboliza a luta pela independência no Piauí. Segundo Neves: "não há, aliás, em toda a luta pela Independência no Ceará, nesta Província e na do Maranhão, uma página mais pavorosamente grandiosa que a da batalha do Jenipapo — a mais importante das que foram feridas" (Neves, 2006, p. 145).

A narrativa também destaca a disparidade estrutural entre os exércitos e critica a negligência das lideranças nacionais. O autor afirma que os combatentes brasileiros estavam "quase desarmados", utilizando "foices, espadas, facões, espetos e espingardas velhas", enquanto os portugueses possuíam "artilharia e armamento novo". Essa diferença reflete a precariedade das forças locais, resultado do abandono político das elites que priorizavam as regiões centrais do país em detrimento das áreas periféricas.

Um ponto marcante na obra de Abdias Neves (2006, p. 149) é a descrição do pânico instaurado em Campo Maior diante da aproximação das tropas de Fidié. Casas foram trancadas às pressas, e mulheres e crianças num choro angustioso. Nesse cenário, Joaquim Bento Pereira, acompanhado de seu irmão Félix e de outros, saiu pelas ruas clamando "morra aos marinheiros", dirigiu-se à cadeia local e assassinou diversos prisioneiros portugueses, incluindo Manuel dos Santos Fialho, Antônio José

¹ Utiliza-se, neste trabalho, a seguinte edição: NEVES, Abdias. **A Guerra do Fidié**. 4^a ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

da Silva Bastos, Agostinho José de Oliveira, entre outros. Além disso, o grupo perseguiu uma escolta de presos que estava a caminho da capital. No Boqueirão da Serra, à noite, mataram oito dos dez homens sob custódia.

Entre as produções relevantes do período, destaca-se a *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*, de Francisco Augusto Pereira da Costa, publicada em 1909². A obra reúne nesse trabalho um compilado de estudos anteriores, com destaque para as contribuições de Vieira da Silva (1862).

Um elemento particularmente relevante dessa obra é a inclusão de um ofício enviado pelo juiz de paz de Parnaíba, Dr. João de Deus, ao governo do Ceará. Preservado atualmente no Arquivo Público Casa Anísio Teixeira, em Teresina, o documento relata os acontecimentos da Batalha do Jenipapo e expõe uma crítica direta à estratégia adotada por Luís Rodrigues Chaves. Segundo João de Deus, “por incúria e pouca habilidade de seu comandante [...] jamais deveria apresentar batalha campal em campo raso, e sim cansar o inimigo com continuadas guerrilhas, para o que tinha bastante gente.” O testemunho confere à obra um valor documental importante, ao registrar uma visão que problematiza as decisões táticas adotadas no confronto.

Segundo Cesar Monte (2024), a obra *Vária Fortuna de um Soldado Português*, escrita pelo Major João José da Cunha Fidié e publicada em Portugal em 1850, embora não se enquadre nos critérios estabelecidos por Teresinha Queiroz — que restringe sua análise a autores brasileiros —, é relevante por apresentar uma perspectiva direta do comandante das tropas portuguesas envolvidas no conflito.

O livro faz parte de um relato mais amplo sobre as atividades militares do Major em favor do reino português. Ainda assim, “o nome ‘Piauhy’ é citado 21 vezes no referido livro, denotando a importância que Fidié dava para sua atuação nesta província” (Monte, 2024, p.12). No entanto, a descrição da batalha feita por Fidié levanta controvérsias. Um dos pontos mais discutidos é sua alegação de que as forças patriotas enfrentadas eram “seis vezes superiores” às suas (Fidié, 1850, p. 89 apud Monte, 2024, p.16). Essa afirmação, posteriormente questionada por autores como

² Utiliza-se, neste trabalho, a seguinte edição: COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Teresina: APL; FUNDAC, 2010.

Odilon Nunes (2007), sugere uma tentativa de justificar a resistência oferecida e valorizar sua própria atuação militar.

No segundo conjunto, vinculado à **historiografia revisionista**, as análises realizadas por ocasião do centenário dos eventos de 1822-1823 ofereceram novas interpretações sobre esses acontecimentos históricos. No Piauí, assim como em outras regiões do Brasil, essas reflexões foram divulgadas em publicações da Academia Piauiense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, em livros com apoio do governo estadual e em artigos acadêmicos (Queiroz, 2022).

Esses estudos revisitaram o papel de personagens principais e secundários, além de reavaliar as decisões tomadas. Embora ainda dialogassem com a visão tradicional dos protagonistas, começaram a exaltar as virtudes de figuras que não pertenciam às elites tradicionais, ampliando o foco para aqueles que tinham menos destaque social.

O historiador Clodoaldo Freitas já destacava a desvalorização do povo na historiografia, retratado como "besta de carga, vítima de todas as especulações monárquicas, republicanas, teocráticas, artísticas ou literárias" (Freitas, 1925, p. 142). Para ele, embora fosse o povo quem empunhava as armas e arcava com os sacrifícios nas lutas, os méritos e glórias costumavam ser direcionados exclusivamente às elites — militares, proprietários e comerciantes — que passavam à posteridade como heróis. A atuação popular, por sua vez, era frequentemente invisibilizada ou tratada de forma marginal, revelando uma estrutura de silenciamento que permeava os discursos históricos da época.

Na década de 1920, Hermínio Conde escreveu diversos artigos sobre a independência, enfatizando a contribuição do Piauí para o processo e chamando atenção para a exclusão da Batalha do Jenipapo nos compêndios de História do Brasil, especialmente nos livros didáticos. Segundo César Monte (2024), mesmo após cem anos dos escritos militantes de Hermínio Conde, a situação permanece semelhante, com avanços limitados no campo historiográfico e a persistente ausência do tema na maioria dos materiais escolares.

O terceiro conjunto de obras identificado por Teresinha Queiroz é denominado **historiografia moderna**, reunindo historiadores que analisam os eventos de forma científica. Essa produção, iniciada nos anos 1950, ganhou destaque

nas décadas de 1960 e 1970, especialmente devido às comemorações do sesquicentenário, momento em que se evidencia a relação entre a escrita da história e o Estado.

A análise da independência feita por Odilon Nunes encontra-se no segundo volume de *Pesquisas para a História do Piauí*, publicado pela primeira vez em 1966³. A obra estabelece diálogo com autores como Abdias Neves, especialmente no que diz respeito à importância simbólica da Batalha do Jenipapo. Logo no início de sua abordagem, o Nunes afirma que, diferentemente de outros combates como o de Pirajá, o confronto do Jenipapo adquiriu um valor simbólico singular na consolidação da unidade nacional: “O transitório revés do Jenipapo converter-se-ia em vitória que se firmaria para sempre a unidade do Brasil” (Nunes, 2007, v. 2, p. 69).

Além disso, Nunes critica a alegação do comandante português Fidié de que as forças brasileiras eram “seis vezes superiores” em número, apontando o exagero dessa afirmação frente à realidade dos combatentes locais — em sua maioria mal armados e sem treinamento militar adequado.

A obra *História da Independência no Piauí*, de Wilson de Andrade Brandão, publicada inicialmente em 1971⁴, insere-se na historiografia moderna com uma abordagem de cunho científico. O autor dedica um capítulo inteiro à Batalha do Jenipapo, abordando três pontos principais.

Um dos pontos centrais é a ênfase na figura de Luís Rodrigues Chaves, destacado como o principal líder da vila tomada pelo fervor patriótico. Segundo Brandão, Chaves desempenhou um papel crucial ao superar os conflitos entre autoridades civis e militares, restabelecendo um clima de confiança mútua. Sua habilidade de liderança e articulação foi amplamente reconhecida, tanto pelo ato oficial do governo cearense que lhe conferiu autoridade quanto por ser descrito como "o intérprete máximo das aspirações daquela gente" (Brandão, 2006, p.178). Sob sua liderança, a vila conseguiu rapidamente mobilizar combatentes vindos de diversas regiões, como o Piauí, Ceará, Maranhão e Pernambuco. Essa capacidade de união é

³ Utiliza-se, neste trabalho, a seguinte edição: NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. 3. ed. Teresina: FUNDAPI, 2007. v. 2.

⁴ Utiliza-se, neste trabalho, a seguinte edição: BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Brasil**. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

ilustrada pela afirmação: “ninguém se furtar ao chamamento de Luís Rodrigues Chaves” (Brandão, 2006, p. 179).

Outro aspecto relevante é a comparação entre os processos de independência no Sul e no Nordeste. No Sul, a Independência se caracterizou por uma abordagem predominantemente política, com momentos marcantes no Rio de Janeiro, como os que precederam o Grito do Ipiranga. Já no Nordeste, o contexto foi distinto. A luta pela liberdade foi profundamente marcada pelo sacrifício humano, como destaca Brandão: “O generoso sangue dos brasileiros regou a árvore da liberdade” (Brandão, p. 179).

Por fim, o terceiro aspecto concentra-se nas interpretações do autor acerca das possíveis reflexões de Fidié após a batalha do Jenipapo. Segundo Brandão (2006, p. 184), “a essa altura, Fidíê medita sobre os acontecimentos”, abalado pela inesperada resistência brasileira. Ele não esperava tamanha ousadia, tenacidade e crueza vindas de uma simples vila. Diante disso, passa a temer o que poderia encontrar na capital da Província: se uma localidade modesta reagia com tanta firmeza, como não seria Oeiras, onde “todos os piauienses estariam a postos” para sua defesa e conservação?

Esse choque leva Fidié, conforme narra Brandão, a suspender temporariamente a marcha sobre a capital. Ele reconhece a necessidade de reformular seu plano de guerra e adaptar sua estratégia às circunstâncias imprevistas impostas pela batalha. Durante o deslocamento para Campo Maior, torna-se evidente o verdadeiro significado do confronto:

A vitória no Campo do Jenipapo fora mais ilusória que real. Os brasileiros, de fato, suportaram gravíssimo insucesso tático. Mas, estrategicamente, colheram o melhor dos resultados: o estrangulamento da rota de Fidélis. Conseguiram tudo, afinal. Oeiras salva: a Província livre” (Brandão, 2006, p. 179).

Assim, mesmo derrotados no campo de batalha, os brasileiros conseguiram atingir seu objetivo principal: impedir o avanço das tropas inimigas. A resistência inesperada de um povo sem treinamento militar revelou-se decisiva para a liberdade da Província.

Monsenhor Chaves é autor de uma das principais obras da historiografia moderna, *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*⁵. O livro foca na participação de vaqueiros, roceiros e pessoas comuns diretamente envolvidas na batalha do Jenipapo. Além disso, sua obra teve um papel importante ao corrigir equívocos cometidos por outros autores.

Um desses equívocos diz respeito ao suposto roubo da bagagem de Fidié no Jenipapo. O próprio autor já havia abordado o tema em *Cadernos Históricos* – 1 e, após reflexão, passou a defender outra posição. Segundo ele, não existem documentos confiáveis que comprovem o roubo, apenas alusões. Fidié, conhecido por sua prudência, teria mantido a bagagem sob proteção da cavalaria, posicionada do outro lado do rio. Durante o combate, quando os disparos enfraqueceram e a cavalaria avançou, acreditando na retirada inimiga, um grupo aproveitou e atacou o trem de guerra de surpresa, tomando a bagagem.

O ataque foi realizado por cearenses do Regimento Montado de Sobral, liderados pelo Capitão Alexandre Nereu. Monsenhor Chaves argumenta que o boato do roubo foi provavelmente propagado por piauienses para diminuir o mérito dos cearenses e intensificar a rivalidade entre os grupos. Sem provas documentais que sustentem a hipótese, o autor considera mais plausível essa nova interpretação (Chaves, 2006, p. 90).

Outro equívoco está relacionado ao erro apontado por Abdias Neves. No livro *A Guerra do Fidié* (2006, p. 148), Neves inclui o Capitão Manoel Martins Chaves, mortalmente ferido em combate, entre os partidários de Fidié. Entretanto, Chaves refuta essa afirmação, declarando:

Manoel Martins Chaves combateu ao lado dos patriotas, contra Fidié. Ele foi o comandante de Piranhas que entrou por Marvão com tropas do Ceará. Ferido e feito prisioneiro, foi levado em uma rede para Caxias, onde faleceu em consequência desses ferimentos (Chaves, 2006, p. 91).

Outro aspecto relevante é o massacre ocorrido após a batalha, liderado por figuras como Joaquim Bento Pereira, seu irmão Félix e outros revoltosos, que tomados pela exaltação popular e pelo desejo de vingança, executaram prisioneiros

⁵ Utiliza-se, neste trabalho, a seguinte edição: CHAVES, Monsenhor. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. 3. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

portugueses. Monsenhor Chaves, em sua obra, destaca-se ao fornecer detalhes precisos sobre o episódio, incluindo os nomes das vítimas, seus estados civis e os locais de residência. Enquanto outros autores, como Vieira da Silva (1862), Abdias Neves (2006) e Odilon Nunes (2007), tratam o evento de maneira mais geral, Chaves apresenta uma descrição mais abrangente, permitindo uma compreensão aprofundada do caos instaurado naquele período.

Os intelectuais diletantes desempenharam um papel fundamental na construção inicial da historiografia piauiense, resgatando eventos marcantes, como a Batalha do Jenipapo, e contribuindo para a preservação da memória regional. Ligados, em sua maioria, à Academia Piauiense de Letras (APL), destacaram-se pela dedicação à história, mesmo sem formação acadêmica específica. Suas obras refletiam o contexto da época, período em que a pesquisa histórica era frequentemente conduzida por autodidatas, advogados, religiosos e outros profissionais interessados na construção de narrativas identitárias.

Nesse cenário, iniciou-se uma transição liderada por autores como César Monte(2024), que destacou o amadurecimento da historiografia piauiense em direção a um modelo mais acadêmico. Monte aponta a tese de doutorado de Claudete Dias, defendida em 1999 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como exemplo dessa mudança. A obra aborda a participação popular na Batalha do Jenipapo com rigor metodológico e teórico, distanciando-se da produção diletante.

Conclui-se, assim, o período dos intelectuais diletantes, reconhecendo suas contribuições para o registro da história regional. Contudo, a transição para uma historiografia mais crítica e sistematizada marca uma nova etapa na produção histórica piauiense, cujas características serão exploradas a seguir.

1.2 - O olhar acadêmico: revisitando a narrativa da Batalha do Jenipapo

A quarta fase da historiografia piauiense, conceituada por Cesar Monte (2024) como **historiografia acadêmica**, predomina um modelo estruturado por critérios científicos e uma abordagem crítica dos fatos históricos. Essa fase investiga, sobretudo, as motivações das camadas populares, suas percepções de independência e as expectativas que sustentavam, mesmo diante dos perigos

enfrentados. Além disso, a historiografia acadêmica destaca-se por sua interdisciplinaridade, dialogando com outras áreas do saber para aprofundar a compreensão histórica.

Destacam-se nessa fase autores como Bernardo de Sá Filho (1993), Claudete Dias (1999), Antonio Fonseca Neto (2010), Maria do Amparo de Carvalho (2014), Marcelo de Sousa Neto (2022) e Pedro Vilarinho (2022), que contribuem significativamente para a compreensão crítica desse episódio. Cada obra não apenas amplia o olhar sobre o conflito, mas também revela os silenciamentos históricos e as disputas de memória que envolvem a narrativa da independência no Piauí.

Bernardo de Sá Filho, em sua obra *A participação popular questionada no processo de independência no Piauí*, publicada em 1993, analisa criticamente o papel dos grupos populares nas lutas pela independência. Embora fases anteriores da historiografia tendam a exaltar a participação popular no processo de independência, Sá Filho problematiza esse entendimento ao questionar o nível de consciência política envolvido. Para o autor, as ideias emancipacionistas do período não foram capazes de promover uma reflexão crítica sobre a estrutura socioeconômica vigente, sustentada pelo latifúndio, pela escravidão e pelo poder concentrado nas mãos das elites locais (Sá Filho, 1993, p. 46).

Nesse sentido, Sá Filho argumenta que a adesão popular ao movimento independentista foi conduzida por meio de mecanismos de convencimento e controle, nos quais o povo pegou em armas, obedeceu a ordens e executou tarefas, mas permaneceu à margem das decisões políticas (Sá Filho, 1993, p. 49). Para o autor, essa participação não refletiu uma ação autônoma ou consciente das camadas populares, mas sim uma mobilização instrumentalizada pelos grupos dirigentes da Província, que persuadiram a população a “defender uma causa que, em princípio é de todos, mas que não apresenta um projeto político que contemple interesses que não sejam dos setores dirigentes” (Sá Filho, 1993, p. 48).

Em contraponto, Claudete Dias, na tese *O outro lado da História: o processo de independência no Brasil, visto pelas lutas no Piauí (1789/1850)*, defendida em 1999, oferece uma leitura que rompe com a ideia de um povo apenas obediente ou alheio ao processo político. A autora argumenta que muitas atitudes populares,

comumente classificadas como “indisciplina” ou “desobediência”, eram, na verdade, expressões legítimas de resistência.

Sua análise destaca a presença de uma diversidade social no movimento de independência. Grupos historicamente marginalizados — como escravizados, indígenas, vaqueiros e lavradores — viam na luta uma chance concreta de transformar suas realidades. Apesar das diferenças entre eles, havia um sentimento comum: “o desejo de expulsar o elemento estrangeiro que representava os problemas existentes em suas vidas” (Dias, 1999, p. 102). Para esses grupos, a independência significava esperança e mudança. Para as elites, por outro lado, era uma oportunidade de manter e reorganizar seus privilégios sob um novo regime.

Cesar Monte(2024) aprofunda sua análise ao examinar o contexto posterior à Batalha do Jenipapo. Segundo ele, os ressentimentos acumulados pelas camadas populares transbordaram em manifestações de rejeição às novas autoridades civis e militares. Para esses grupos, era inaceitável limitar-se a derrotar Fidié e, em seguida, submeter-se às mesmas leis e estruturas de dominação. Como observa o autor: “Ficava incompreensível para os povos aceitarem em derrotar tão somente Fidié e cumprirem as leis que estavam em vigor e se curvarem diante das ‘novas’ autoridades administrativas e militares” (Monte, 2024, p. 36).

Antônio Fonseca Neto, na obra *Jenipapo – Riacho Irrigado com Sangue da Esperança*, publicada em 2010, aprofunda a linha de análise iniciada por Claudete Dias (1999), ao destacar que, para as classes populares, a independência significava a possibilidade de transformar suas condições de vida, alcançar maior autonomia e buscar a libertação. Ele argumenta que as narrativas predominantes frequentemente ignoram que o principal motor das lutas no Piauí era o desejo humano por liberdade e a rejeição aos cativeiros impostos pela terra e pelo domínio dos senhores brancos. Para esses senhores, a liberdade seguia as regras da "lei branca", enquanto, para os heróis do Jenipapo, a liberdade era compreendida como:

a liberdade que a natureza concede aos viventes da criação humana, antes de alguém subtrair a outrem, sem precisar para si, os bens, natural ou coletivamente criados, que são de todos; a liberdade de antes da invenção das guerras" (Fonseca Neto, 2010, p. 13).

Naquele dia de 1823, não se tratava da liberdade propagada pelos líderes políticos alinhados aos interesses de Manuel de Souza Martins, cuja postura era

marcada por conveniências estratégicas, mas sim da luta pela “liberdade do trabalhador contra o estado da escravidão” e pelo direito de “acessar a terra”, entendida como um bem comum, e não privilégio exclusivo “daqueles que eram amigos do rei”, conforme as estruturas de poder vigentes (Fonseca Neto, 2010, p. 23).

Um ponto marcante na obra é a análise do anonimato dos heróis do Jenipapo. Nesse contexto, esses heróis permanecem invisíveis porque representam os protagonistas da verdadeira resistência histórica contra diferentes formas de opressão, mesmo quando estas se manifestavam em formatos como aldeamentos ou locais de confinamento forçado (Fonseca Neto, 2010, p. 13). Além disso, o autor destaca que o episódio do Jenipapo reflete a relevância da participação popular, constantemente silenciada pela repressão e pela violência das tropas de Fidié.

Assim, relembrar o episódio do Jenipapo é reconhecer figuras como Mandu Ladino, Esperança Garcia e as comunidades das Zabelês e Abelheiras, que simbolizam a força e a esperança do povo piauiense. Dessa maneira, é também uma forma de honrar aqueles que lutaram pela liberdade e celebrar os filhos e filhas da terra, a "Filha do Sol do Equador" (Fonseca Neto, 2010, p. 24).

Uma contribuição relevante é o estudo de Maria do Amparo Alves de Carvalho, intitulado *Batalha do Jenipapo: Reminiscências da Cultura Material em uma Abordagem Arqueológica*, publicado em 2014. A obra introduz uma perspectiva interdisciplinar ao investigar os vestígios materiais do conflito. Através da arqueologia histórica, Carvalho examina armas, munições e locais de memória, como o Cemitério do Batalhão, buscando compreender as dimensões culturais e simbólicas da batalha.

Nesse contexto, a utilização da História Oral foi fundamental para a pesquisa, permitindo o acesso a memórias e narrativas locais que enriqueceram a reconstrução simbólica e subjetiva do evento. Conforme Carvalho afirma, “cada entrevista constituiu-se em uma experiência particular e contribuiu de maneira bem específica” (Carvalho, 2014, p. 33). Algumas falas retomavam versões já conhecidas nos livros, mas reinterpretadas a partir das experiências pessoais dos entrevistados; outras, por sua vez, incorporavam elementos de leitura e pesquisa, revelando um repertório mais elaborado por parte dos participantes.

Por outro lado, a autora também destaca os desafios na conservação do acervo do Museu do Jenipapo, apontando que “quase a totalidade dos objetos ali

expostos não possuía nenhuma identificação" (Carvalho, 2014, p. 38). Essa situação compromete tanto a preservação do patrimônio quanto sua capacidade de comunicar o significado histórico da batalha ao público.

O trabalho enfatiza a importância da integração entre história e arqueologia como uma abordagem interdisciplinar, essencial para aprofundar a análise de processos históricos e culturais a partir de vestígios materiais e simbólicos. Ao concluir, Carvalho (2014, p. 197) ressalta que a preservação do patrimônio cultural é uma responsabilidade compartilhada, que não deve ser limitada ao poder público. Em casos de negligência, cabe a grupos sociais organizados ou indivíduos acionar os órgãos competentes para assegurar a proteção desse patrimônio.

Outra obra de destaque é o artigo *Os filhos indesejados da Nação: as lutas pela Independência no Piauí e a exclusão dos grupos populares (1821-1823)*, de Marcelo de Sousa Neto, publicado em 2022. O autor dialoga com obras como as de Bernardo de Sá Filho (1993) e Claudete Dias (1999) para analisar a participação dos grupos populares nas lutas pela Independência.

Sousa Neto (2022, p. 8-9) afirma que, embora a população pobre tenha se unido às elites contra a Coroa portuguesa, seus objetivos eram distintos: enquanto os líderes defendiam seus próprios interesses, os grupos populares viam na luta uma chance de conquistar espaço na nova ordem e alcançar a liberdade, simbolizada pelo direito à posse de terras.

Nesse contexto, Sousa Neto contesta a visão de Bernardo de Sá, que argumentava que a participação popular servia apenas aos interesses das elites dirigentes, fruto de um processo de aliciamento. Para Sousa Neto:

" [...] considerar a participação popular nas lutas pela Independência no Piauí apenas pela ótica do aliciamento, que conduziu e deturpou o entendimento e os interesses, é mutilar um conjunto complexo de relações [...] todos possuíam ciência de seus interesses. Mais que o medo das sanções, existia o cálculo dos benefícios ao final das lutas, em uma época em que os representantes da Coroa portuguesa tinham pouco a oferecer" (Sousa Neto, 2022, p. 09).

Após o fim dos combates, a população pobre, que compôs a maior parte das tropas, foi esquecida. Enquanto os comandantes recebiam honrarias, os combatentes ficaram sem reconhecimento. Como observa Sousa Neto (2022, p. 17), "seus nomes

não figuraram em listas de heróis". Ao citar Claudete Dias (1999, p. 347), ele reforça a gravidade desse apagamento, destacando que muitos desses combatentes, em vez de serem celebrados, foram estigmatizados como "criminosos, ladrões e facínoras".

Os combatentes, frustrados pela ausência do reconhecimento esperado, reagiram com saques e atos de violência, buscando alguma compensação diante das promessas não cumpridas. O final dos combates evidenciou as contradições das lutas: a esperança por justiça e liberdade foi substituída pela necessidade de reduzir prejuízos, ainda que à força (Sousa Neto, 2022, p. 17-18). Assim, a participação popular nas lutas pela Independência, embora central, revelou as desigualdades persistentes que marcaram a formação da nova ordem social no Brasil.

Enquanto Sousa Neto evidencia as contradições sociais que marcaram a participação popular na luta pela independência, Pedro Vilarinho Castelo Branco, em seu artigo *O Processo de Adesão do Piauí à Independência do Brasil*, publicado em 2022, analisa as circunstâncias históricas e os personagens que protagonizaram o processo de adesão do Piauí ao Estado Nacional Brasileiro nos anos iniciais da década de 1820.

No que se refere à Batalha do Jenipapo, o autor se baseia principalmente em Abdias Neves (2006) para descrever o confronto ocorrido em 13 de março de 1823. Um aspecto interessante destacado por Castelo Branco é que os combatentes foram:

arregimentados no ímpeto de um nascente espírito de patriotismo, por um desejo de algo mágico, mas possivelmente indefinido, chamado liberdade, e ainda por uma forte dose de lealdade pessoal aos potentados rurais que capitaneavam o movimento de independência no Piauí e no Ceará (Castelo Branco, 2022, p. 97).

Além da análise da batalha, Pedro Vilarinho Castelo Branco ressalta a união de esforços militares como fator decisivo para o desfecho do processo de adesão. Segundo o autor, sem essa mobilização coletiva, "o processo histórico teria outro enredo e o seu desfecho poderia ser distinto" (Castelo Branco, 2022, p. 99). Após o enfraquecimento das tropas portuguesas no Piauí, forças provenientes do Ceará e do Piauí uniram-se, cruzaram o rio Parnaíba e pressionaram as forças de Fidié em território maranhense. Esse esforço conjunto, representou o fim da resistência lusitana no norte do Brasil e consolidou a independência na região.

No entanto, na conclusão o autor enfatiza que, embora o movimento tenha sido bem-sucedido, os maiores beneficiários foram as elites locais, particularmente a família Sousa Martins, que consolidou seu domínio político no Piauí. Manuel de Sousa Martins, mais tarde nomeado Barão da Parnaíba, assumiu o governo provincial, excluindo adversários políticos e fortalecendo sua parentela. A exclusão das camadas populares, que haviam participado ativamente dos combates, gerou frustrações que desembocaram em movimentos como a Balaiada (Castelo Branco, 2022, p. 100).

A Batalha do Jenipapo, revisitada pela **historiografia acadêmica**, resgata o protagonismo popular e evidencia as tensões entre os interesses das elites e as expectativas das camadas marginalizadas. Longe de ser apenas um confronto militar, o episódio tornou-se símbolo de resistência, refletindo lutas por liberdade que extrapolam o campo de batalha e se perpetuam na memória histórica do Piauí.

Diante da análise das quatro fases da historiografia piauiense — instituinte, revisionista, moderna e acadêmica — torna-se evidente como a narrativa sobre a Batalha do Jenipapo foi construída ao longo do tempo, ora celebrada, ora silenciada, conforme os interesses políticos e culturais de cada período. Essas diferentes abordagens revelam disputas em torno da memória e da identidade regional, especialmente no que se refere à valorização (ou exclusão) da participação popular no processo de independência. Com base nesse panorama, o próximo capítulo buscará analisar como a Batalha do Jenipapo tem sido inserida — ou negligenciada — nos materiais didáticos, revelando os reflexos dessas disputas no campo do ensino de História.

CAPÍTULO 2: A BATALHA DO JENIPAPO NO ENSINO DE HISTÓRIA: ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS E A SEQUÊNCIA DIDÁTICA

2.1 A Batalha do Jenipapo no Livro Didático de História: uma análise crítica

O ensino de História, enquanto componente curricular, ocupa uma posição estratégica na formação da consciência histórica dos alunos. A forma como o passado é selecionado, organizado e apresentado aos estudantes não é neutra; ao contrário, está imersa em disputas narrativas e políticas, como destaca o trabalho de Pereira e Rodrigues (2017, p. 28), ao afirmar que "o currículo de História é um produto de escolhas que estabelece um modo de recortar e de dizer o passado". Essa seleção de conteúdos define o que será lembrado ou silenciado, e molda diretamente as identidades construídas no ambiente escolar.

A organização do trabalho pedagógico no ensino de História ocorre a partir da articulação entre os documentos normativos e as políticas públicas educacionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), a Base Nacional Comum Curricular (2017), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), além dos currículos locais. Esses instrumentos orientam os conteúdos, as competências e as habilidades que devem ser desenvolvidos no espaço escolar. Nesse processo, o livro didático aparece como um papel de elo entre as diretrizes curriculares e a prática pedagógica em sala de aula. É, muitas vezes, o principal recurso utilizado pelos professores para orientar o planejamento e a condução do ensino. Carneiro (2017) ressalta essa centralidade ao afirmar que o livro didático atua como 'apoio' e como 'guia' para o docente, podendo inclusive se tornar um fator limitador do seu trabalho.

O processo de seleção dos conteúdos é influenciado não apenas pelas diretrizes curriculares, mas também por dinâmicas editoriais e pela valorização de temas que consolidam determinadas representações da história nacional. De modo recorrente, observa-se que a história ensinada prioriza sujeitos, espaços e acontecimentos vinculados ao eixo Sudeste, que acabam projetados como referência da identidade nacional. Enquanto isso, experiências históricas de outras regiões, como o Norte e o Nordeste, são frequentemente secundarizadas ou silenciadas. Essa diferença de tratamento levanta a questão central deste capítulo: como os livros didáticos de História do Ensino Fundamental vêm abordando o processo de

Independência do Brasil? De que maneira a Batalha do Jenipapo foi inserida nesse processo e qual a relevância atribuída a ela nos currículos oficiais?

Com o intuito de responder essas questões, adotou-se uma metodologia estruturada em três eixos principais, desenvolvidos de forma articulada. O primeiro consistiu na seleção de seis livros didáticos de História, destinados ao 8º ano do Ensino Fundamental, publicados entre 2000 e 2022, oriundos de diferentes editoras (ver Quadro 1). A análise concentrou-se nos capítulos que tratam do processo de Independência do Brasil, buscando compreender de que maneira esse acontecimento é apresentado historicamente, se há menções à Batalha do Jenipapo e a outros eventos regionais semelhantes.

Além disso, foram examinadas as diretrizes curriculares oficiais vigentes em cada período, considerando os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) para os livros publicados até 2017 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada no final de 2017, para as obras lançadas após essa data.. Em paralelo, os dados extraídos dos livros didáticos foram confrontados com a produção acadêmica sobre a Batalha do Jenipapo, especialmente aquela discutida no primeiro capítulo desta monografia, que abordou de forma abrangente a historiografia do tema.

Quadro 1 – Obras didáticas de História analisadas: editoras, autoria e ano de publicação (2000–2022)

Coleção/livro	Editora	Autoria/organização	Ano de publicação
História Temática: Terra e Propriedade	Scipione	Andrea Montellato; Conceição Cabrini; Roberto Catelli.	2000
Passaporte para a História	Editora do Brasil	Renato Mocellin; Rosiane de Camargo.	2008

Projeto Radix: raiz do conhecimento	Scipione	Claúdio Vicentino	2011
Estudar História: Das origens do homem à era digital	Moderna	Patrícia Ramos Braick.	2015
Teláris História	Editora Ática	Claúdio Vicentino; José Bruno Vicentino.	2018
História sociedade & cidadania	FTD	Alfredo Boulos Júnior	2022

Fonte: Elaborado pela autora a partir das obras didáticas analisadas.

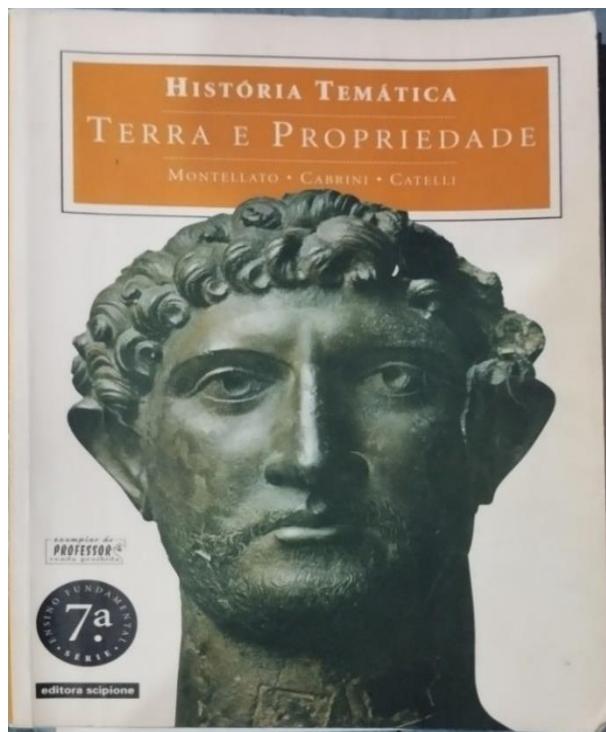
Ainda que tal informação não esteja explicitada no Quadro 1, a análise das coleções didáticas revelou um dado relevante quanto à autoria das obras: a maioria dos responsáveis pelos manuais possui formação stricto sensu, como mestrado ou doutorado, na área de História. Essa qualificação dos autores contribui para conferir legitimidade técnico-científica e historiográfica aos livros didáticos, ao mesmo tempo em que se articula com os critérios adotados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), como a correção conceitual, a coerência metodológica e o alinhamento às diretrizes curriculares.

A participação desses profissionais, embora indispensável, não garante por si só a inclusão de narrativas mais plurais e regionalizadas. Essa expectativa se baseia na exigência das próprias diretrizes curriculares, que orientam o ensino de História para a valorização das diferentes experiências, sujeitos, territórios e memórias que compõem a sociedade brasileira. Entretanto, a dinâmica editorial, frequentemente orientada por exigências de mercado, tende a limitar a autonomia dos autores, que muitas vezes precisam seguir roteiros previamente estabelecidos. Bittencourt (1993, p. 78) observa que, ao conquistarem o direito de produzir e divulgar os livros didáticos,

as editoras passaram a tratá-los como “mercadoria inserida na lógica capitalista, um produto típico da indústria cultural [...] destinado ao consumo e à obtenção de lucro”. Essa lógica comercial, portanto, muitas vezes se sobrepõe à função pedagógica das obras.

Essa lógica editorial impacta diretamente na escola do conteúdo, resultando, muitas vezes, na homogeneização dos temas e no rebaixamento da diversidade histórica presente nas regiões brasileiras. De acordo com Carneiro (2017, p. 136), os materiais aprovados e distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) seguem tendências de mercado que geram obras “breves, fragmentadas, objetivas e visualmente impressionantes, mas abordando os mesmos conteúdos, frequentemente com a mesma perspectiva”. Esse padrão limita a inovação didática e reforça a repetição de narrativas dominantes. Considerando os efeitos dessa lógica editorial na construção dos conteúdos escolares, a seguir inicia-se a análise dos livros didáticos selecionados.

Figura 1- Capa do livro “História Temática – Terra e Propriedade” (7^a série)



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra⁶.

⁶ MONTELLATO, Andrea; CABRINI, Conceição; CATELLI, Roberto. **História temática:** terra e propriedade – 7^a série. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2000.

O livro *História temática: terra e propriedade – 7^a série*⁷, publicado em 2000, integra a coleção aprovada no PNLD/2002. No *Guia dos Livros Didáticos*⁸ disponibilizado aos professores, a obra recebeu duas estrelas, sendo classificada como recomendada. Segundo o próprio Guia, livros recomendados “são aqueles que cumprem todos os requisitos mínimos de qualidade exigidos. Por isso mesmo, asseguram a possibilidade de um trabalho didático correto e eficaz por parte do professor” (Brasil, 2001, p. 13).

A obra didática em questão, destinada à 7^a série, é estruturada em três unidades. No que se refere ao tema da Independência do Brasil, o conteúdo é abordado no Capítulo 9 – “Independências políticas e a ideia de nação”, inserido na terceira unidade. Segundo os autores, conforme descrito no manual do professor, o capítulo tem como objetivo apresentar a Independência do Brasil em diálogo comparativo com os demais processos de independência ocorridos na América. Destaca-se, ainda, a seção "Refletindo sobre o tema", que propõe uma análise do Hino da Independência do Brasil como ponto de partida para discussão em sala de aula. Nessa abordagem, o manual orienta que seja enfatizado junto aos alunos o caráter patriótico, simbólico e de homogeneização da nação presente na composição.

Assim, a narrativa da Independência é apresentada sob uma perspectiva política elitista, centrada na atuação de Dom Pedro I, nas Cortes portuguesas e no episódio do 7 de Setembro. Observa-se a ausência de menção à Batalha do Jenipapo, tampouco a outros movimentos armados ocorridos nas regiões Norte e Nordeste do país que também participaram do processo de emancipação política⁹. Embora o *Guia do Livro Didático* não explice essa limitação de forma direta no capítulo em questão,

⁷ A Lei nº 11.274/2006 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), ampliando o Ensino Fundamental para 9 anos de duração e estabelecendo o ingresso obrigatório das crianças aos 6 anos de idade. Com essa mudança, houve a substituição da nomenclatura anterior, baseada em séries (1^a a 8^a série), pela nomenclatura atual, estruturada em anos (1º ao 9º ano). Assim, a antiga 7^a série corresponde ao atual 8º ano.

⁸ BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos: 5^a a 8^a séries – PNLD 2002.** Brasília: MEC, 2001.

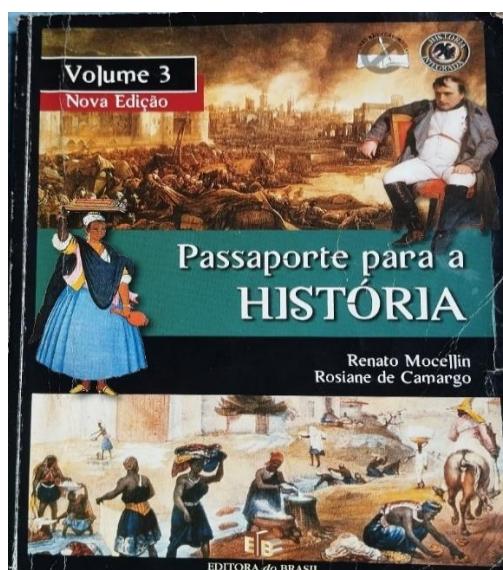
⁹ Além da Batalha do Jenipapo, destacam-se as lutas na Bahia, como a Batalha de Pirajá, em 1822, e o cerco a Salvador, que resultou na expulsão das tropas portuguesas em 2 de julho de 1823. No Grão-Pará, a adesão à Independência também foi marcada por resistência. A província manteve-se inicialmente leal a Portugal, devido aos interesses da elite local, que tinha fortes vínculos comerciais e políticos com Lisboa. A incorporação só ocorreu em 15 de agosto de 1823.

reconhece na resenha geral da coleção, a existência de recortes temáticos. Como afirma o próprio documento:

Sugere-se que o professor esteja atento ao fato de a proposta exigir acompanhamento constante e cuidadoso na seleção, articulação e realização das atividades. [...] Outro cuidado se refere à seleção de conteúdos. A coleção, ao desenvolver um trabalho de História Temática, procedeu a uma seleção, que implicou a exclusão de temas. É necessário que o professor avalie a oportunidade de complementar os temas propostos, além de construir e introduzir novos (Brasil, 2001, p. 304).

Essa declaração revela que a limitação aos conteúdos não é acidental, mas resultado de uma escolha metodológica da coleção. Ao adotar uma abordagem temática, a obra deixou de contemplar aspectos importantes da Independência do Brasil, especialmente aqueles relacionados à participação popular. Essa lacuna exige, portanto, que o professor assuma um papel ativo e crítico frente ao material didático. Cabe-lhe identificar essas ausências, refletir sobre seus impactos na formação dos alunos e buscar estratégias para ampliar e aprofundar o conteúdo trabalhado em sala de aula. Somente assim será possível promover uma compreensão mais abrangente, plural e democrática do processo de independência, valorizando diferentes vozes, experiências e memórias históricas.

Figura 2 - Capa do livro “Passaporte para a História” (8º ano)



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra¹⁰.

¹⁰ MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane de. *Passaporte para a História: 8º ano*. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2008.

Entre as obras didáticas selecionadas para esta pesquisa, *Passaporte para a História*, em sua segunda edição publicada em 2008, sob autoria de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo, apresenta uma abordagem que merece destaque. Embora não tenha sido incluída nos catálogos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a coleção oferece uma contribuição significativa para o debate sobre diferentes interpretações do processo de emancipação política do Brasil.

O processo de Independência é tratado no Capítulo 3 – “A emancipação política do Brasil”, pertencente ao Tema III. O capítulo contempla acontecimentos já consagrados pela historiografia escolar, como o *Dia do Fico* e o *Grito do Ipiranga*, mas avança ao reconhecer que a ruptura com Portugal foi marcada por conflitos armados em diversas regiões. Em uma das passagens, os autores afirmam que “a independência não foi aceita imediatamente em todo o país. Houve resistência e muito sangue foi derramado” (Mocellin; Camargo, 2008, p. 228).

Nesse contexto, o livro inclui referências às lutas ocorridas na Bahia, no Pará e no Piauí — este último, foco deste trabalho. Abaixo, observa-se a imagem da página em que a obra trata diretamente da Batalha do Jenipapo, evidenciando sua inserção no conteúdo didático.

Figura 3 - Trecho do livro Passaporte para a História sobre a Batalha do Jenipapo

No dia 13 de março de 1823, nas margens do Jenipapo, ocorreu a sangrenta batalha entre os patriotas e os portugueses.

“(...) Eram nove horas da manhã. A primeira leva foi repelida com graves perdas. A fuzilaria e as peças de Fidié varriam o campo em todas as direções. As cargas se sucediam, heróicas, mas inúteis. Muitos patriotas iam morrer à boca dos canhões com um desamor pela vida que pasmava os soldados pouco afeitos a semelhantes atos de cravura.”

CHAVES, Monsenhor Joaquim. *O Piauí nas lutas da Independência do Brasil*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005.

Mesmo vencendo, as tropas de Fidié estavam exaustas, sem condições de perseguir os rebeldes. De várias regiões chegavam notícias de que a causa da independência ganhava adeptos. Fidié estava cada vez mais encravado em Caxias.

No Ceará, uma junta de governo, já em junho de 1822, estava em atitude de rebeldia contra as Cortes de Lisboa. Com a notícia da independência, o brigadeiro José Pereira Filgueiras entrou em Fortaleza e tomou o poder, demitindo todos os funcionários de origem lusitana. Filgueiras, com 2 mil homens, se lançou pelas estradas do Piauí rumo a Caxias. Finalmente Fidié e seus homens se renderam.

Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 229.

A imagem supracitada apresenta um trecho da página 229, em que a Batalha do Jenipapo é abordada com clareza e destaque. A narrativa inicia com a data do confronto — 13 de março de 1823 — e caracteriza o episódio como uma “sangrenta batalha entre os patriotas e os portugueses”, reconhecendo sua relevância no contexto das lutas pela Independência. Tal abordagem ultrapassa a simples menção ao fato, oferecendo à Batalha do Jenipapo um espaço significativo na construção da narrativa histórica da obra.

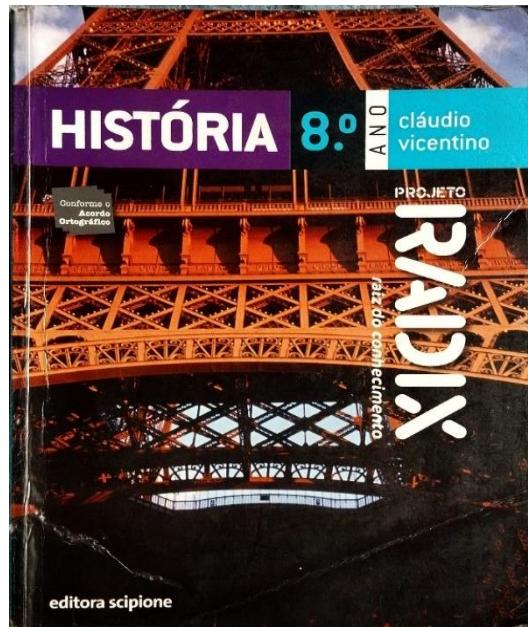
Um aspecto especialmente relevante é a inserção de uma passagem da obra de Monsenhor Joaquim, figura já discutida no primeiro capítulo desta pesquisa, no âmbito da **historiografia moderna**. A escolha por incluir esse autor demonstra a intenção dos responsáveis pela obra de conectar o conteúdo escolar à produção historiográfica regional. Complementando o conteúdo, os autores propõem, na página seguinte, uma atividade em grupo que incentiva os alunos a pesquisarem sobre o tema. A proposta valoriza o protagonismo popular e o processo investigativo, conforme orientam: “Entre as guerras de independência, destaca-se a Batalha do Jenipapo. Dividam-se em grupos e façam uma pesquisa sobre esse embate, buscando informações especialmente sobre a participação popular no episódio” (Mocellin; Camargo, 2008, p. 230).

Essa valorização do contexto regional contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento dos alunos. Como aponta Lima (2011, p. 10), “o estudo da história local nas escolas [...] faz com que o aluno reaprenda e valorize a história de sua sociedade e de sua própria história, mostrando que é partícipe da história”. Nesse sentido, o destaque dado ao episódio, aliado ao uso de fontes históricas locais e à proposta de atividades investigativas, faz com que a obra desempenhe um papel relevante na construção de uma memória coletiva que reconhece a participação ativa de diferentes regiões do país no processo de Independência.

Lamenta-se, entretanto, que, mesmo tendo sido publicada originalmente em 2007 — ou seja, antes da homologação da BNCC e das reformulações mais recentes do PNLD —, a obra *Passaporte para a História* não tenha sido incluída nos catálogos oficiais do programa. Sua abordagem já antecipava princípios que hoje são valorizados, como a inclusão de múltiplas vozes na narrativa histórica e a valorização das identidades regionais. Esse cenário reforça a importância de revisitar obras que,

embora fora dos circuitos institucionais de grande circulação, oferecem contribuições significativas para a formação crítica e contextualizada dos estudantes.

Figura 4 - Capa do livro “Projeto Radix – raiz do conhecimento” (8º ano)



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra¹¹.

A terceira obra analisada intitula-se *Projeto Radix – raiz do conhecimento*: História do autor Cláudio Vicentino. A coleção foi aprovada no PNLD de 2011, cuja organização classificou as obras em dois grandes blocos, de acordo com suas perspectivas curriculares dominantes: *História Integrada* e *História Temática*. A obra de Vicentino insere-se no grupo das que adotam a proposta de História Integrada, abordagem predominante entre as coleções aprovadas, representando 93,8% do total. Conforme o *Guia do PNLD*¹², essa perspectiva é definida da seguinte forma:

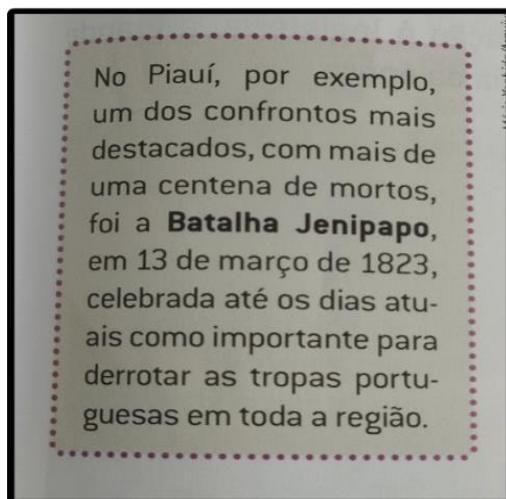
Por História Integrada identificamos as coleções cujo agrupamento temático pauta-se pela evocação da cronologia de base europeia integrando-a, quando possível, à abordagem dos temas relativos à história brasileira, africana e americana (Brasil, 2010, p.17).

¹¹ VICENTINO, Cláudio. *Projeto Radix – raiz do conhecimento: História, 8º ano*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2011.

¹² BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2011: História – Anos Finais do Ensino Fundamental*. Brasília: MEC, 2010.

Um aspecto que chama atenção é a forma como o autor organiza os conteúdos: no capítulo 8, intitulado “A Independência na América Portuguesa”, são abordados o Dia do Fico e a Proclamação da Independência. No entanto, as lutas pela Independência só são tratadas de forma mais direta no capítulo 12, intitulado “O Primeiro Reinado”, localizado no módulo 6. A principal luta enfatizada pela obra é a que ocorreu na Bahia, ao passo que a Batalha do Jenipapo, travada no Piauí, recebe apenas uma menção superficial. Ela aparece resumidamente em um pequeno trecho localizado no canto inferior esquerdo da página, sem qualquer aprofundamento. A seguir, apresenta-se a imagem que ilustra essa breve referência:

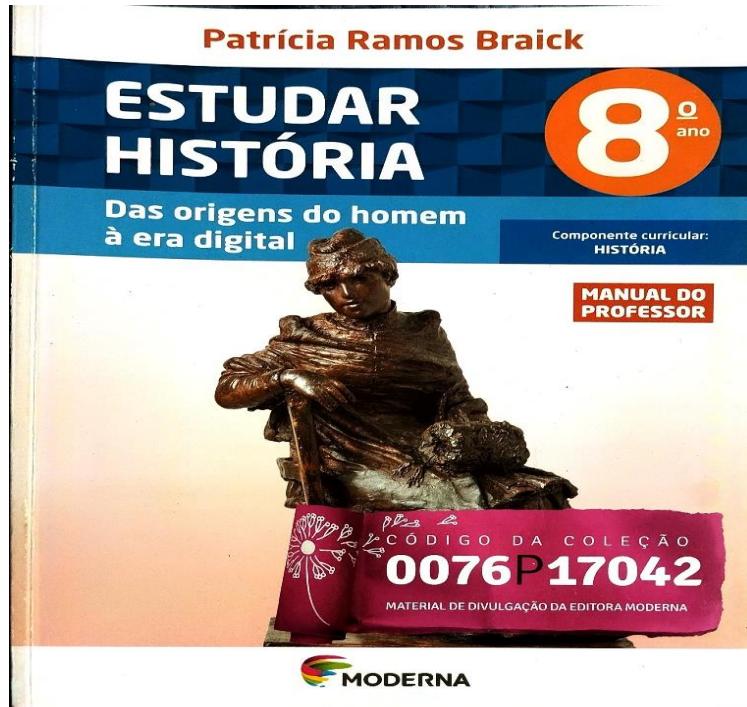
Figura 5 - Trecho do livro Projeto Radix sobre a Batalha do Jenipapo



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 181.

Além disso, não há nenhuma atividade proposta relacionada a esse episódio, o que reforça a ausência de destaque dado a essa importante manifestação popular no processo de independência. Essa lacuna exemplifica o que a própria resenha do PNLD 2011 alerta: a necessidade de o professor “pensar situações alternativas para o desenvolvimento de alguns conteúdos, procurando relacioná-los com a História local, os recursos disponíveis e a experiência dos alunos” (Brasil, 2011, p. 93). Isso indica que, embora o material ofereça uma estrutura didática adequada, ele exige uma mediação ativa por parte do docente para garantir uma abordagem mais ampla e representativa dos processos históricos.

Figura 6 - Capa do livro “Estudar História – Das origens do homem à era digital”



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra¹³.

A obra *Estudar História –Das origens do homem à era digital: 8º ano*, de autoria de Patrícia Ramos Braick, foi publicada pela Editora Moderna em 2015, na sua segunda edição, e integra uma das coleções aprovadas no PNLD/2017. Segundo o *Guia do PNLD*¹⁴, a obra:

apresenta uma abordagem da História ancorada numa perspectiva temporal cronológica linear, privilegiando o viés político e social. A partir dessa escolha, procura contemplar diferentes narrativas para um mesmo acontecimento, recorrendo à variedade de fontes históricas e investindo na conexão entre os conteúdos com questões do tempo presente (Brasil, 2016, p.69).

O tema da Independência é contemplado no capítulo 08 – “O Processo de Independência do Brasil”. A autora apresenta os principais acontecimentos do período, abordando aspectos políticos, econômicos e sociais que levaram à ruptura com Portugal. Essa obra se destaca pelo tratamento dado à Batalha do Jenipapo, tanto no

¹³ BRAICK, Patrícia Ramos. *Estudar História – Das origens do homem à era digital: 8º ano*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

¹⁴ BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2017: História – Anos Finais do Ensino Fundamental*. Brasília: MEC, 2016.

conteúdo quanto na proposta da atividade pedagógica, ao incluir esse episódio como parte significativa do processo de independência e ao valorizar a participação popular nordestina nesse contexto histórico.

Figura 7 - Trecho do livro “Estudar História” sobre a Batalha do Jenipapo

ENQUANTO ISSO...

Foices e facões na Batalha do Jenipapo

Na memória dos piauienses, a Batalha do Jenipapo é o mais notável episódio das lutas travadas no Piauí pela independência do Brasil. Em um único dia, 13 de março de 1823, às margens do Rio Jenipapo, onde hoje se situa o município de Campo Maior, a população sertaneja piauiense, armada com instrumentos de trabalho no campo, enfrentou as forças portuguesas, organizadas pelo major João José da Cunha Fidié, para garantir a independência e a manutenção da unidade política brasileira.

“Às margens do Jenipapo, o embate foi terrível e brutal, das nove da manhã às duas da tarde sem nenhuma interrupção, e foi marcado por cenas de extrema violência de ambos os lados. Houve combatentes degolados, luta corporal, pisoteamento pelos cavalos das tropas de Fidié, feridos se contorcendo de dor, mortos espalhados pelo campo de batalha, sem serem enterrados. [...]

Devido ao seu poderoso exército, o major ganhou a batalha, mas perdeu a guerra da independência graças às táticas de guerrilha dos sertanejos: após o combate do Jenipapo, num assalto de surpresa ao acampamento militar, eles se apoderaram dos armamentos e da munição, de dinheiro e de bagagem do comandante português [...].

Diante dessa situação e enfrentando deserções constantes, que reduziram consideravelmente suas tropas, o major Fidié se viu forçado a se retirar do Piauí.”

DIAS, Claudete Maria Miranda. Entre foices e facões. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 69, jul. 2011. p. 24-25.

BATALHA DO JENIPAPO

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 6 mar. 2015.

O Rio Jenipapo é um afluente do Rio Longá (ver mapa), no município de Campo Maior, onde existe um monumento em homenagem à Batalha do Jenipapo.

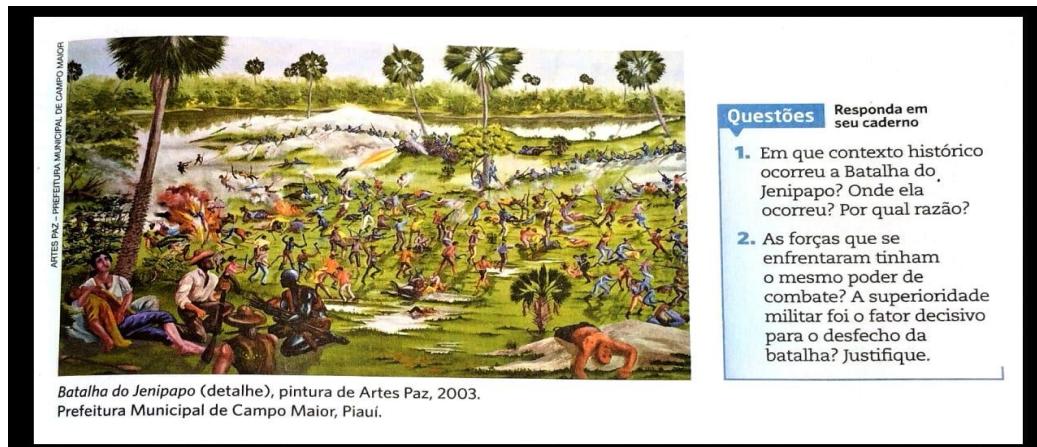
Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 161.

A batalha é apresentada em uma seção específica intitulada “Enquanto isso... Foices e facões na Batalha do Jenipapo”. O texto valoriza a participação popular, ressaltando que, embora a batalha tenha sido vencida militarmente pelos portugueses, o esforço do povo nordestino foi decisivo para o recuo das tropas coloniais e o avanço da causa da independência. A abordagem adotada na obra dialoga com a perspectiva da historiadora Claudete Dias, mencionada no primeiro capítulo desta monografia como representante de uma vertente da **historiografia acadêmica** que busca atribuir protagonismo à Batalha do Jenipapo e reconhecer o papel das camadas populares no processo de Independência.

Além do conteúdo textual, a obra inclui uma ilustração da Batalha do Jenipapo que contribui para aprofundar o entendimento do episódio(Figura 8). A imagem retrata sertanejos armados com foices e outros instrumentos de trabalho, enfrentando as tropas portuguesas, o que evidencia a participação popular no

processo de independência. Esse recurso visual não apenas reforça o conteúdo apresentado no texto, como também amplia o olhar dos estudantes sobre a diversidade de agentes históricos envolvidos na luta pela emancipação.

Figura 8 - Imagem do livro “Estudar História” sobre a Batalha do Jenipapo



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 161

Em complemento, o capítulo propõe atividades reflexivas voltadas ao desenvolvimento do pensamento crítico, com questões como: “Em que contexto histórico ocorreu a Batalha do Jenipapo? Onde ela ocorreu? Por qual razão?” e “A superioridade militar foi o fator decisivo para o desfecho da batalha? Justifique.” Essas propostas convidam os alunos a analisar o episódio com base em causas, consequências e diferentes perspectivas, ampliando a visão tradicional sobre a Independência. Dessa forma, a obra valoriza o papel das populações do Norte e Nordeste na luta pela emancipação política do Brasil.

É importante ressaltar que as duas últimas obras didáticas incluídas nesta investigação — *Teláris História* (2018) e *História: Sociedade & Cidadania* (2022) — foram lançadas após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017. Por essa razão, elas constituem referências importantes para compreender como os livros mais recentes incorporam (ou não) as diretrizes estabelecidas para o ensino de História no Ensino Fundamental, especialmente no que tange à abordagem da Independência do Brasil.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, é um documento normativo que define as aprendizagens essenciais para todos os estudantes da Educação Básica no Brasil. Estruturada em etapas — Educação

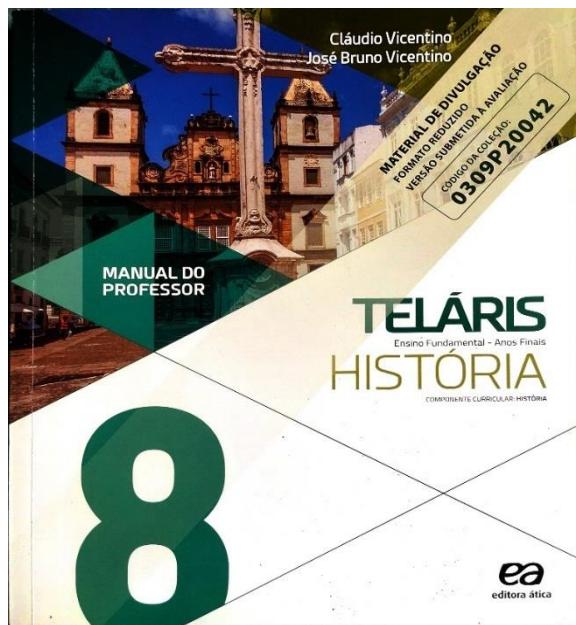
Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio —, a BNCC organiza-se em áreas do conhecimento, competências gerais e específicas, habilidades e objetos de conhecimento. No componente de História, propõe uma abordagem que articula passado e presente, reconhecendo múltiplas narrativas e diferentes sujeitos históricos, valorizando a diversidade de memórias, culturas e territórios. Conforme destaca o documento, sua proposta tem como objetivo “formar sujeitos críticos, conscientes e capazes de participar ativamente da construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”(Brasil, 2017, p. 416). Além disso, orienta que o ensino de História promova a compreensão dos processos históricos de forma ampla, considerando as dimensões locais, nacionais e globais.

No que se refere ao 8º ano do Ensino Fundamental, a BNCC aborda o “século XIX e a conformação histórica do mundo contemporâneo”, dando especial atenção aos “múltiplos processos que desencadearam as independências nas Américas, com ênfase no processo brasileiro e seus desdobramentos” (Brasil, 2017, p. 418). Nesse contexto, é prevista a articulação entre acontecimentos locais e globais, e o reconhecimento da diversidade de sujeitos envolvidos nos processos históricos. Entre as habilidades previstas para essa etapa, destaca-se: “(EF08HI11) – Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti” (Brasil, 2017, p. 425).

Essa habilidade, juntamente com outras do mesmo eixo, orienta o ensino de História para além da simples cronologia dos fatos, enfatizando a compreensão da diversidade de agentes sociais e da complexidade dos processos históricos. A BNCC propõe que os estudantes reconheçam não apenas os líderes e as elites envolvidas nas transformações políticas, mas também “as diferentes formas de inserção ou marginalização nas sociedades estudadas” (Brasil, 2017, p. 417).

Nesse sentido, a seguir são analisadas as duas obras, com o objetivo de verificar de que forma cada uma delas trata o processo de independência do Brasil, quais sujeitos são destacados e como o conteúdo se articula com as competências e habilidades previstas para o 8º ano do Ensino Fundamental.

Figura 9 - Capa da obra “Teláris História” (8º ano)



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra¹⁵.

A obra *Teláris História*, de Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino, publicada pela Editora Ática, compõe uma das coleções aprovadas no PNLD/2020. De acordo com o *guião*¹⁶, a coleção está em conformidade com as diretrizes da BNCC, e tem como proposta estimular nos alunos capacidades como a análise de contextos históricos e a interpretação de diferentes fontes. Além disso, favorece conexões interdisciplinares ao estabelecer relações entre a História e outras áreas do conhecimento, como Geografia, Artes e saberes oriundos da vivência comunitária.

Um aspecto que chama atenção é a forma como os conteúdos são organizados ao longo dos capítulos, repetindo a mesma lógica adotada anteriormente na coleção *Projeto Radix* (2011), de autoria de Cláudio Vicentino. Essa semelhança se justifica pelo fato de que a coleção *Teláris* foi escrita por ele em coautoria com José Bruno Vicentino. No volume destinado ao 8º ano, o capítulo 7, intitulado “A Independência na América Portuguesa”, trata dos eventos centrais, como o Dia do Fico e a Proclamação da Independência.

¹⁵ VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. ***Teláris História – 8º ano***. São Paulo: Editora Ática, 2018.

¹⁶ BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2020**: apresentação – guia de livros didáticos: História – Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2019.

No entanto, as lutas populares e os conflitos armados associados ao processo de independência são abordados apenas posteriormente, no capítulo 11, “O Primeiro Reinado”. Essa estrutura evidencia uma escolha didática que separa os diferentes aspectos da independência, permitindo analisá-los em momentos distintos do material.

Figura 10 - Trecho do livro “Teláris História” sobre a Batalha do Jenipapo



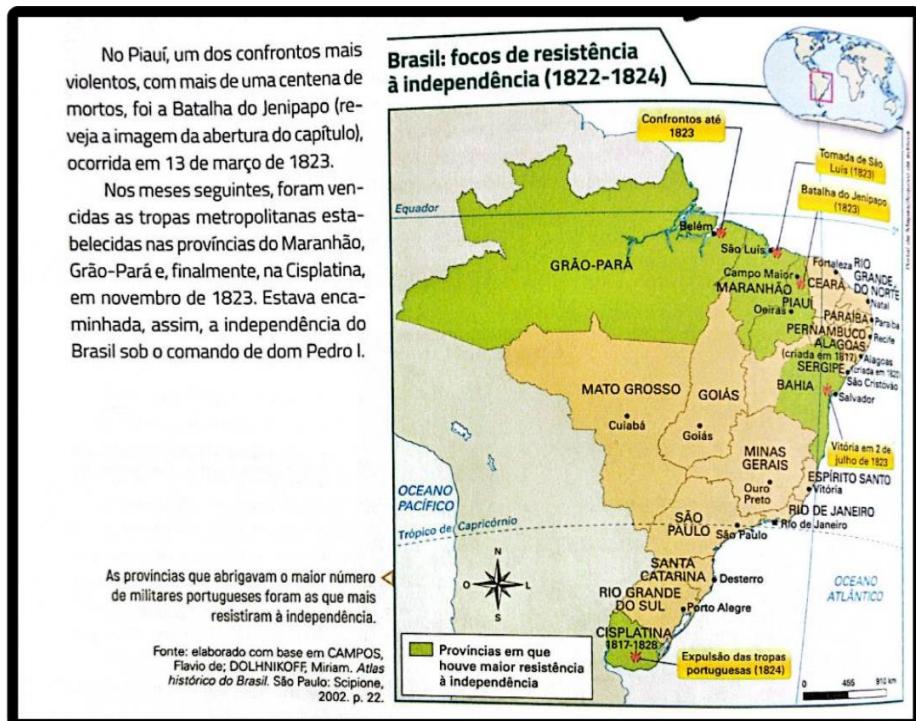
Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 178.

Logo na abertura do capítulo 11, é apresentada uma imagem que aborda a Batalha do Jenipapo: uma pintura contemporânea de Artes Paz — também utilizada na obra *Estudar História* de Patrícia Ramos Braick. A legenda que acompanha a ilustração contextualiza o episódio, informando que o confronto ocorreu em 13 de março de 1823, no município de Campo Maior, às margens do rio Jenipapo, no Piauí. Embora sucinta, a descrição caracteriza a batalha como uma das mais violentas do processo de independência.

Além da imagem e da legenda, o livro apresenta um boxe introdutório intitulado “Para começar”, que propõe duas questões interpretativas. A primeira orienta o estudante a identificar o local do evento e os grupos sociais envolvidos; a segunda

estimula uma reflexão crítica sobre a narrativa da independência como um processo pacífico, confrontando essa visão com a cena representada na pintura. Ao provocar o questionamento do senso comum, essas atividades contribuem para o desenvolvimento de uma leitura mais ampla e crítica sobre o processo de independência, alinhando-se às competências previstas pela BNCC.

Figura 11 - Focos de resistência à independência no Brasil (1822–1824)



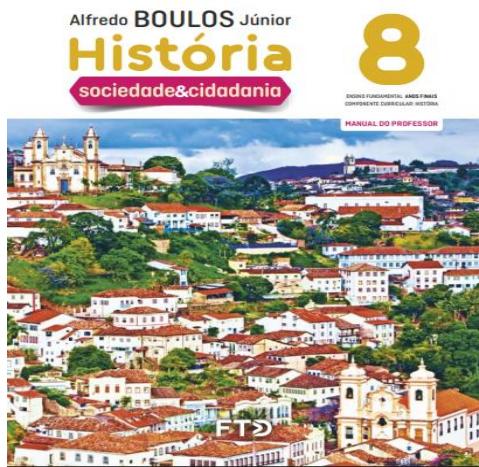
Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 180.

Em outra seção do capítulo, o conteúdo textual destaca que o Piauí foi palco de um dos confrontos mais violentos do período e contextualiza a Batalha do Jenipapo como parte das diversas frentes de resistência ocorridas entre 1822 e 1824. Um mapa intitulado “Brasil: focos de resistência à independência (1822–1824)” apresenta os principais locais onde houve oposição à emancipação política, como o Piauí, Maranhão, Grão-Pará e Cisplatina, permitindo ao leitor relacionar o episódio de Campo Maior a outros conflitos armados que marcaram o processo de consolidação da independência. Vale destacar que esse material foi publicado em 2020, período próximo às comemorações do bicentenário da Independência do Piauí (2022)¹⁷.

¹⁷ Em 19 de outubro de 1822, na cidade de Parnaíba, foi assinado o primeiro documento no Piauí que reconhecia oficialmente a Independência do Brasil. Esse ato político marcou a adesão do território piauiense ao processo de emancipação e, atualmente, é celebrado como o Dia do Piauí.

Considerando que os livros didáticos geralmente circulam por quatro anos, observa-se que essa escolha editorial dialoga diretamente com o contexto comemorativo, funcionando também como uma estratégia para tornar o material mais atrativo, alinhado às demandas do mercado e ao interesse despertado por datas simbólicas e comemorativas da história.

Figura 12 - Capa da obra História: Sociedade & Cidadania"(8º ano)



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra¹⁸.

A coleção *História: Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, publicada pela Editora FTD, integra o conjunto de obras aprovadas pelo PNLD/2024. De acordo com o *Guia do PNLD*¹⁹, o destaque da obra está na seleção de imagens, vídeos e textos de apoio que, quando bem mediados pelo professor, podem se transformar em dispositivos importantes para o desenvolvimento do pensamento crítico. A própria obra explicita, em sua introdução metodológica, o compromisso com uma abordagem historiográfica ampliada, ao afirmar:

Nesta coleção, pautamo-nos por alguns referenciais teóricos da História Nova, daí entendermos a História como um conhecimento em permanente construção. Por isso tomamos o documento como ponto de partida, e não de chegada, na construção do conhecimento e, além disso, incorporamos a ação e a fala das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos operários e de outros sujeitos históricos antes relegados ao esquecimento (Boulos, 2022, p. 10).

¹⁸ BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História: Sociedade & Cidadania – 8º ano*. São Paulo: FTD, 2022.

¹⁹ BRASIL. Ministério da Educação. *Guia Digital PNLD 2024: História – Anos Finais do Ensino Fundamental*. Brasília: MEC, 2023.

Essa afirmação fundamenta a proposta pedagógica da obra e sinaliza uma intenção de superação das narrativas tradicionais que privilegiam apenas os grandes personagens e eventos. Essa perspectiva dialoga diretamente com as exigências do *Curriculum do Estado do Piauí*²⁰. Trata-se, inclusive, da obra vigente na rede municipal de ensino de Teresina, capital do Piauí. O documento curricular estadual reforça a importância de valorizar a história local e critica abertamente a ausência de conteúdos regionais nos materiais didáticos anteriores:

Existem muitos fatos e acontecimentos históricos no Piauí que ficaram esquecidos nos currículos praticados, isso é notado no grande desconhecimento dos educandos do Ensino Fundamental sobre seu próprio estado e município (Silva et al., 2020, p. 272).

Nesse sentido, o documento estadual não apenas recupera as competências gerais da BNCC, como também adiciona uma competência específica voltada à valorização da identidade regional: “Construir uma identidade piauiense através da contextualização das contribuições do Piauí no processo de formação histórica do Brasil” (Silva et al., 2020, p. 273). Em consonância com esse direcionamento, a obra dialoga também com as orientações do *Curriculum de Teresina*²¹, documento que norteia o Ensino Fundamental na rede municipal e enfatiza a valorização da história local e regional.

Esse currículo destaca, entre seus objetos de conhecimento, “O Piauí frente às revoltas sociais e às lutas pela Independência do Brasil” (Teresina, 2018, p. 107). Nesse contexto, a inclusão da Batalha do Jenipapo na obra está alinhada à habilidade: “(EF08HI06) Analisar a contribuição do Piauí no processo de independência do Brasil no contexto da América Portuguesa” (Teresina, 2018, p. 107), contribuindo para o fortalecimento da identidade regional e para o reconhecimento do papel histórico do Piauí.

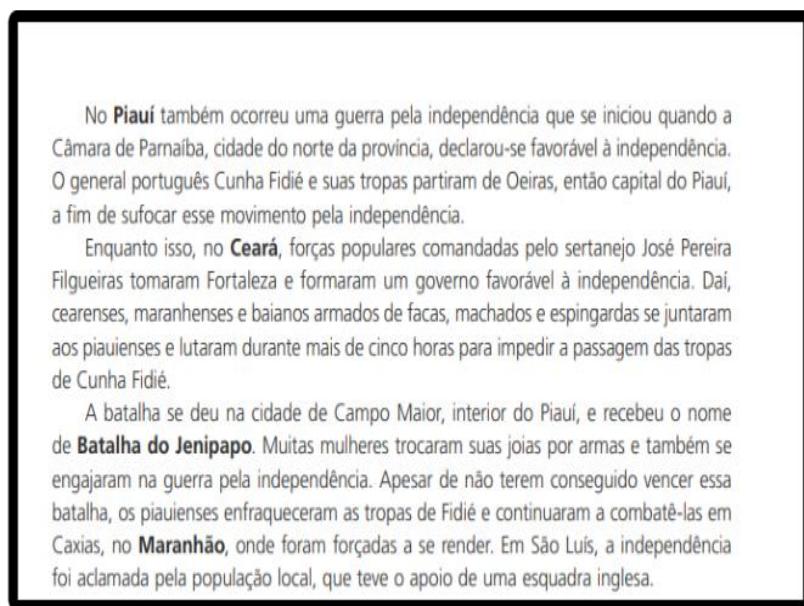
A presença da Batalha do Jenipapo na obra ocorre no capítulo 9 – “O Reinado de D. Pedro I: uma cidadania limitada”. O episódio é descrito como uma mobilização

²⁰ SILVA, Carlos Alberto Pereira da et al. (org.). **Curriculum do Piauí**: um marco para a educação do nosso estado: educação infantil, ensino fundamental. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

²¹ TERESINA. Secretaria Municipal de Educação. **Curriculum de Teresina**: ensino fundamental, componente curricular: história. Teresina: UPJ Produções, 2018.

de forças populares e está acompanhado por imagens e recursos que reforçam sua importância, conforme se vê a seguir:

Figura 13 - Trecho do livro “História: Sociedade & Cidadania” sobre a Batalha do Jenipapo



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 164.

O material didático valoriza a participação de diferentes grupos sociais no contexto da Batalha do Jenipapo. Essa informação ecoa um dos registros memorialísticos presentes no Monumento aos Heróis do Jenipapo, localizado em Campo Maior (PI), onde está inscrito o seguinte relato de João Cândido de Deus e Silva:

As próprias mulheres não ficavam indiferentes: mandavam os maridos, os filhos, os irmãos para a guerra e a fim de que levassem munições e armas vendiam as joias, se mais nada tinham a vender. A mulher piauiense mostrou, nessa ocasião, a grande fortaleza, o ânimo varonil de lendárias heroínas.

Ao se apropriar desse testemunho, a obra estabelece um diálogo entre o conteúdo escolar e a memória pública regional, reforçando o vínculo entre o ensino de História e o patrimônio cultural local. Por outro lado, embora esse movimento contribua para essa valorização, a narrativa apresenta limitações, sobretudo ao reproduzir, sem qualquer problematização, a afirmação de que “as mulheres vendiam as joias”. Esse relato refere-se, principalmente, às mulheres das camadas sociais mais abastadas, uma vez que a própria menção à posse de joias revela um

perfil associado às elites locais.. Dessa forma, essa perspectiva não contempla as experiências e formas de participação das mulheres das camadas populares, cuja atuação permanece frequentemente invisibilizada nas narrativas oficiais e nos registros de memória.

Figura 14 - Monumento em homenagem à Batalha do Jenipapo



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 164.

A obra também articula o conteúdo textual com recursos digitais por meio da seção “Dica!”, que recomenda o acesso à reportagem *O Grito no Jenipapo de Independência ou Morte* (2015), um vídeo produzido pelo canal do Legislativo do Piauí. O material, com pouco mais de 12 minutos, é apresentado como recurso complementar e permite aos estudantes o contato com outras linguagens narrativas, mobilizando elementos simbólicos e imagéticos que reforçam a afirmação do pertencimento regional.

A sugestão é acompanhada por uma fotografia do Monumento em Memória da Batalha do Jenipapo, localizado em Campo Maior (PI). A imagem — que mostra a escultura com duas lanças cruzadas sobre a rodovia — atua como símbolo material da resistência piauiense e contribui para a valorização da trajetória histórica local. Complementando a abordagem, o *Manual do Professor* propõe uma atividade em que os alunos devem comparar dois episódios relacionados ao processo de

Independência: a Batalha de Pirajá, na Bahia, e a Batalha do Jenipapo, no Piauí. A proposta consiste em refletir sobre os elementos comuns entre essas lutas e, ao mesmo tempo, identificar suas diferenças.

A análise das seis obras didáticas selecionadas revela disparidades significativas na forma como a Batalha do Jenipapo é abordada no ensino de História para o Ensino Fundamental. De maneira geral, observa-se uma lenta, porém crescente, valorização desse episódio nas coleções mais recentes, especialmente após a homologação da BNCC.

As obras *História Temática* (2000) e *Projeto Radix* (2011) apresentam um tratamento superficial ou até mesmo ausente sobre a Batalha do Jenipapo. Essa ausência não reflete a fase da **escrita instituinte** — que, embora elitista, valoriza a independência do Piauí²² —, mas sim uma lógica historiográfica nacional, que historicamente centraliza os acontecimentos no eixo Sudeste, silenciando os processos de resistência ocorridos nas províncias do Norte e Nordeste.

Por outro lado, livros como *Passaporte para a História* (2008) e *Estudar História* (2015), mesmo anteriores à BNCC, já demonstram avanços ao incluir a Batalha de maneira mais explícita. No caso de *Passaporte para a História*, observa-se o esforço em dialogar com a produção historiográfica regional, especialmente ao incorporar referências de autores vinculados a **historiografia moderna**, como Monsenhor Joaquim. Já a obra *Estudar História* demonstra alinhamento com a **historiografia acadêmica**, que se caracteriza por uma abordagem crítica, fundamentada teoricamente. Além disso, ambas as obras propõem atividades que estimulam a reflexão crítica sobre os processos históricos locais, contribuindo, em certa medida, para romper com as limitações das narrativas tradicionais.

No grupo de livros posteriores à BNCC, *Teláris História* (2018) e *História: Sociedade & Cidadania* (2022) apresentam um alinhamento consistente com as diretrizes curriculares, tanto nacionais quanto estaduais. Ambas inserem a Batalha do Jenipapo dentro de um contexto mais amplo de resistências regionais, vinculando o tema a mapas, imagens, atividades interpretativas e referências à memória cultural local.

²² Como já mencionado no capítulo anterior, César Monte (2024) destaca que esses escritos priorizavam os protagonistas da elite, escolhidos ao longo do tempo.

Portanto, mais do que identificar lacunas nos livros didáticos, este capítulo evidenciou a necessidade de disputar os sentidos da memória histórica dentro da sala de aula. A ausência ou presença da Batalha do Jenipapo nos materiais didáticos é um reflexo das disputas por visibilidade no campo da História escolar. Reconhecer e valorizar esse episódio significa não apenas corrigir um apagamento, mas também contribuir para a formação de sujeitos que compreendem a pluralidade de experiências que compõem a trajetória da nação brasileira.

2.2 Sequência Didática: metodologias para o ensino da Batalha do Jenipapo

A sequência didática aqui apresentada tem como objetivo promover o ensino crítico da Batalha do Jenipapo, utilizando metodologias que despertem o interesse e a reflexão dos estudantes sobre esse episódio histórico. Isso inclui reconhecer os limites do livro didático como fonte única de conhecimento e propor abordagens complementares. Nesse sentido, é importante destacar que:

O livro didático não é, no entanto, o único instrumento que faz parte da educação da juventude: a coexistência (e utilização efetiva) no interior do universo escolar de instrumentos de ensino-aprendizagem que estabelecem com o livro relações de concorrência ou de complementaridade influem necessariamente em suas funções e usos (Choppin, 2004, p. 553).

Durante a análise realizada neste trabalho, foi possível observar que a Batalha do Jenipapo é, de fato, mencionada em alguns livros didáticos utilizados nas escolas. No entanto, mesmo com essa presença, é comum que professores não se sintam seguros para trabalhar o tema de maneira aprofundada, o que contribui para que esse episódio siga pouco debatido em sala de aula. Diante disso, torna-se necessário propor caminhos pedagógicos que valorizem a história local e proporcionem aos estudantes uma compreensão mais crítica sobre a formação da nação brasileira.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca a importância de práticas pedagógicas que desenvolvam o pensamento histórico por meio da análise de diferentes fontes. De acordo com o documento: “Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram”

(Brasil, 2017, p. 398). Essa diretriz se alinha diretamente à proposta aqui apresentada, que busca tornar o processo de aprendizagem mais significativo, por meio do contato com textos, imagens, debates e produções criativas.

Vale ressaltar que esta sequência didática foi elaborada para estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental II, na disciplina de História. No 8º ano, os estudos de História concentram-se na compreensão dos processos que marcaram o século XIX, especialmente no que se refere à conformação histórica do mundo contemporâneo e aos processos de independência nas Américas, com ênfase no processo de independência do Brasil e seus desdobramentos. Essa abordagem permite aos estudantes refletirem sobre as transformações políticas, sociais, econômicas e culturais do período, destacando, também, os contextos de nacionalismo, imperialismo e as diversas formas de resistência a essas práticas (Brasil, 2017, p. 418).

A presente sequência didática contribui diretamente para o desenvolvimento da habilidade prevista na BNCC (EF08HI12): Caracterizar a organização política e social no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira.

Considerando a limitação de tempo disponível nas escolas e a necessidade de planejamento viável, a sequência foi organizada em três aulas consecutivas. A primeira aula tem como foco o contexto da Independência do Brasil, com ênfase na região nordestina, e a apresentação da Batalha do Jenipapo com base no livro ***A Batalha do Jenipapo no processo da Independência do Brasil***, publicado pela Câmara dos Deputados (Anexo A). A aula também incluirá a análise da pintura histórica de **Artes Paz** (Anexo B). A segunda aula é dedicada à análise crítica do livro didático utilizado pela escola, permitindo aos estudantes observarem como (e se) o episódio é tratado na narrativa escolar, promovendo uma roda de conversa orientada por perguntas-reflexão.

Na terceira aula, será realizada uma atividade interdisciplinar de produção criativa, em que os estudantes, organizados em grupos, irão expressar seus aprendizados por meio de cartazes, cordéis, poemas ou outras formas de linguagem. Essa atividade final visa valorizar a participação dos alunos, sua criatividade e o fortalecimento da identidade histórica local. Com isso, a proposta pretende contribuir

para um ensino de História mais conectado com a realidade dos estudantes, que reconheça a diversidade de sujeitos históricos e possibilite a construção de um conhecimento mais plural, crítico e democrático.

AULA 01

A Batalha do Jenipapo no Contexto da Independência do Brasil

DURAÇÃO

60 minutos.

OBJETIVOS

- Compreender a Independência do Brasil como um processo histórico complexo, marcado pela participação de diferentes grupos sociais, e refletir sobre os interesses diversos que motivaram esses sujeitos a se engajarem nas lutas pela emancipação.
- Estabelecer relações entre as lutas pela Independência e os desafios atuais, como a valorização da história local, da identidade regional e da participação social.
- Analisar fontes históricas, como textos e imagens, desenvolvendo uma leitura crítica sobre as representações da Batalha do Jenipapo.

METODOLOGIA

No primeiro momento, com duração de aproximadamente 15 minutos, será realizada uma exposição dialogada em que o professor contextualizará o processo de Independência do Brasil, destacando seu caráter complexo, construído a partir da atuação de diferentes grupos sociais, com interesses e motivações diversas. A ênfase será dada à participação das províncias do Norte e Nordeste, especialmente do Piauí, evidenciando como a Batalha do Jenipapo expressa as mobilizações locais nas lutas pela emancipação política.

Nesse momento, serão propostos questionamentos iniciais, como: “O que vocês sabem sobre a Independência do Brasil?”, “Você já ouviram falar da Batalha do Jenipapo?” e “A Independência aconteceu da mesma forma em todo o país?”, com o objetivo de ativar os conhecimentos prévios dos alunos e situá-los no tema.

Na sequência, será realizada a leitura e análise de trechos selecionados do livro *A Batalha do Jenipapo no Processo da Independência do Brasil*, publicado pela Câmara dos Deputados. Essa atividade, com duração de aproximadamente 20

minutos, tem como foco nos seguintes aspectos: quem eram os sujeitos envolvidos, quais eram seus interesses, e quais eram as condições sociais e econômicas que os mobilizaram.

O terceiro momento da aula, com duração de 15 minutos, será destinado à análise da pintura *A Batalha do Jenipapo* (Artes Paz). Considerando o nível de maturidade intelectual dos alunos do 8º ano, a atividade será conduzida de forma a estimular a observação, a descrição, a interpretação e a reflexão sobre os elementos visuais presentes na obra e seus significados históricos. Durante essa leitura, os alunos serão convidados a refletir e responder a questões, tais como:

- Quem são as pessoas retratadas na imagem? O que seus gestos, vestimentas e posições revelam sobre seus papéis no contexto da batalha?
- Essa representação se aproxima ou se distancia de outras imagens que vocês já conhecem sobre a Independência do Brasil? Quais diferenças ou semelhanças podem ser identificadas?
- Por que é importante, ainda hoje, refletir sobre quem participou dessa luta e como esses sujeitos são lembrados ou esquecidos na história?

Por fim, os 10 minutos finais serão destinados à retomada dos principais conteúdos e à sistematização dos aprendizados. Caso o professor perceba que determinados conceitos não foram plenamente assimilados, serão planejadas intervenções na aula seguinte, com retomadas conceituais, discussões adicionais ou atividades complementares, visando garantir que os objetivos de aprendizagem sejam plenamente alcançados.

AVALIAÇÃO

A avaliação ocorrerá de forma processual, considerando a participação ativa dos alunos nas discussões, a qualidade das análises realizadas tanto na leitura dos textos quanto na interpretação da imagem, bem como a capacidade de relacionar os conteúdos históricos à realidade atual.

AULA 02

A Batalha do Jenipapo no Livro Didático

DURAÇÃO

60 minutos.

OBJETIVOS

- Identificar como a Batalha do Jenipapo é tratada (ou ignorada) nos livros didáticos utilizados na escola.
- Estimular a construção de uma visão crítica sobre a narrativa oficial da história, refletindo sobre os processos de silenciamento e valorização de determinados episódios históricos.

METODOLOGIA

No primeiro momento, com duração de aproximadamente 10 minutos, será realizada uma breve retomada dos principais conteúdos discutidos na aula anterior, destacando os sujeitos envolvidos na Batalha do Jenipapo, seus interesses e a importância do episódio no contexto da Independência do Brasil. Esse momento tem como objetivo reativar os conhecimentos construídos previamente e preparar os alunos para a análise do material didático.

Na etapa seguinte, com duração aproximada de 35 minutos, os alunos, organizados em duplas ou trios, serão convidados a abrir o livro didático de História adotado pela escola e buscar se há menção à Batalha do Jenipapo. Caso a batalha esteja presente, será realizada uma leitura coletiva do trecho, seguida de uma análise comparativa com os conteúdos discutidos na aula anterior. O professor conduzirá a reflexão, estimulando os alunos a observarem como o episódio é abordado, qual o espaço que ocupa no texto, se há aprofundamento, quais sujeitos aparecem e que linguagem é utilizada. Caso não haja qualquer menção ao episódio, o debate será direcionado para a reflexão sobre os motivos que podem justificar essa omissão. Durante essa etapa, o professor fará mediações com questões como:

- Por que será que essa batalha não aparece nos livros de História com a mesma relevância que outros eventos da Independência, como o 7 de setembro?

– Quais critérios vocês acham que são utilizados para escolher o que deve ou não aparecer nos livros?

Por fim, nos 15 minutos finais, será realizada uma roda de conversa para sistematizar as reflexões desenvolvidas durante a análise. Será reforçada a importância de pensar criticamente sobre as narrativas históricas e sobre como a história oficial muitas vezes silencia determinados sujeitos e episódios. Caso sejam identificadas dúvidas ou dificuldades na construção dessas reflexões, o professor poderá planejar intervenções na aula seguinte, com retomadas conceituais ou aprofundamentos complementares.

AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados de acordo com a participação nas atividades propostas, com destaque para as contribuições feitas nas discussões, escuta ativa e envolvimento nas reflexões finais.

AULA 03

Releitura Criativa da Batalha do Jenipapo

DURAÇÃO

60 minutos (com possibilidade de complementação fora da sala, a depender da proposta e da organização da escola).

OBJETIVOS

- Produzir trabalhos autorais que expressem, de forma crítica e criativa, os conhecimentos construídos sobre a Batalha do Jenipapo.
- Estimular a articulação entre História e outras linguagens.

METODOLOGIA

Nesta aula, os alunos serão organizados em pequenos grupos. O professor retomará brevemente os pontos principais trabalhados nas aulas anteriores e, em seguida, explicará a proposta: cada grupo irá escolher uma forma de representar o que aprendeu sobre a Batalha do Jenipapo. As opções podem incluir:

- Cartaz ilustrado com frases de impacto;
- Cordel ou poesia;
- Desenho ou pintura histórica;
- Vídeo ou áudio simples (se houver estrutura para isso).

A produção será orientada pelo professor de História, podendo contar com apoio de professores de Arte e Língua Portuguesa, caso possível. Ao final, os grupos irão apresentar seus trabalhos ou expô-los em sala, conforme o tipo de produção.

AVALIAÇÃO

A avaliação será baseada no envolvimento dos alunos durante a atividade, na criatividade e na capacidade de representar, com coerência histórica, o conteúdo aprendido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se dedicou a problematizar a forma como a Batalha do Jenipapo foi construída pela historiografia e representada no ensino de História no Brasil, especialmente nos livros didáticos voltados ao Ensino Fundamental. Ao longo do trabalho, buscou-se compreender como a memória desse importante evento das lutas pela independência do Brasil no Piauí foi formada e disputada ao decorrer dos anos, bem como investigar de que forma ela vem sendo abordada no espaço escolar. O estudo combinou análise historiográfica e didática, articulando produções acadêmicas, livros didáticos, documentos curriculares e propostas pedagógicas.

Cabe destacar que esta monografia não tem como objetivo desvalorizar episódios consagrados da narrativa oficial, como o *Dia do Fico* ou o *Grito do Ipiranga*. Tais eventos são, sem dúvida, fundamentais para a compreensão do processo de emancipação política do país. No entanto, esta pesquisa busca evidenciar que a Independência não foi um processo homogêneo, tampouco restrito às elites do Sudeste. Ao destacar a Batalha do Jenipapo e sua marginalização nas narrativas escolares, pretende-se ressignificar o processo da Independência, reconhecendo a diversidade de agentes e experiências que o compuseram. Trata-se de uma proposta que busca ampliar a compreensão do passado nacional.

No primeiro capítulo, foi realizada uma revisão extensa das quatro fases da historiografia piauiense: a escrita instituinte, a historiografia revisionista, a moderna e a acadêmica. Essa periodização permitiu compreender as transformações nas interpretações da Batalha do Jenipapo ao longo do tempo, desde os relatos dos intelectuais diletantes, geralmente ligados às elites letradas do século XIX, até as abordagens críticas contemporâneas, que colocam em destaque a participação popular e os conflitos sociais presentes nas lutas de independência.

No segundo capítulo, foi realizada uma análise criteriosa de seis livros didáticos de História utilizados no 8º ano entre os anos de 2000 e 2022, com foco em como a Batalha do Jenipapo é (ou não é) abordada nesses materiais. Os resultados revelaram uma evolução significativa na presença e na qualidade da abordagem do tema, especialmente em obras mais recentes que passaram a incorporar as diretrizes

da BNCC. Ainda assim, persistem lacunas e desigualdades no tratamento do conteúdo.

Nesse sentido, a pesquisa evidenciou que o livro didático é, ao mesmo tempo, um instrumento fundamental para o ensino e um campo de disputa de memórias. As escolhas editoriais, muitas vezes orientadas por interesses de mercado, ainda têm um peso considerável na seleção dos conteúdos. A tendência à homogeneização e à repetição de narrativas dominantes precisa ser superada com a atuação crítica e consciente dos professores, que devem buscar alternativas metodológicas para valorizar as histórias locais e os sujeitos históricos marginalizados.

Ademais, a sequência didática pedagógica apresentada neste trabalho visa contribuir para uma mudança na forma como a Batalha do Jenipapo é trabalhada em sala de aula. A sequência de três aulas, que contempla o uso de diferentes fontes, o debate crítico e a produção criativa, se insere nas orientações da BNCC para o ensino de História, ao propor uma formação que estimule a autonomia intelectual, o pensamento histórico e o respeito à diversidade de experiências históricas.

Mais do que uma simples inclusão de conteúdo, trabalhar a Batalha do Jenipapo em sala de aula é um ato de reconhecimento e de construção de identidades. Afinal, a História ensinada em sala de aula não é neutra: é uma história contada por alguém, para alguém, com determinados propósitos. Como afirma Cardoso (2015, p. 15), “cada professor decide de que forma se utilizará dos livros didáticos, ocorrendo então diferentes leituras de um mesmo material”. Ao destacar a participação de grupos populares — como vaqueiros, lavradores e mulheres — o ensino se torna uma ferramenta potente para refletir sobre o passado e repensar o presente. E é esse o maior valor da História como ferramenta de formação humana e cidadã.

Por fim, é importante ressaltar que este trabalho não se propõe a esgotar as discussões sobre a Batalha do Jenipapo, tampouco sobre o ensino de História Local. Pelo contrário, ele busca abrir caminhos para novas investigações, tanto no campo historiográfico quanto no didático-pedagógico. Fica como sugestão para futuras pesquisas a aplicação da proposta pedagógica em escolas da rede pública, com análise dos resultados obtidos a partir da interação dos estudantes com o tema.

Também seria relevante investigar as representações da Batalha do Jenipapo em outros suportes culturais, como o cinema, o teatro, os cordéis e as redes sociais.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, p. 5-164, 1857.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico:** uma história do saber escolar. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História: Sociedade & Cidadania – 8º ano**. São Paulo: FTD, 2022.
- BRAICK, Patrícia Ramos. **Estudar História** – Das origens do homem à era digital: *8º ano*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.
- BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. O processo de adesão do Piauí à independência do Brasil. **Humana Res**, Teresina, v. 1, n. 5, 2022. p. 82-100, jan./ago. 2022.
- BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Brasil**. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2011**:História – Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2017**:História – Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos**: 5ª a 8ª séries – PNLD 2002. Brasília: MEC, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Digital PNLD 2024**: História – Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2020**: apresentação – guia de livros didáticos: História – Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- CARDOSO, Maria Luiza do Valle. **O Egito Antigo nos livros didáticos: representações e mistificação na sala de aula**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179195>. Acesso em: 3 maio 2025.
- CARNEIRO, Maristela. Metodologia do ensino de história. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2017.
- CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **Batalha do Jenipapo** : reminiscências da cultura material em uma abordagem arqueológica. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

- CASTRO, Francisco. **A guerra do Jenipapo: A independência do Piauí**. São Paulo: FTD, 2002.
- CHAVES, Monsenhor. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. 3. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Tradução de Maria Adriana C. Cappello. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549–566, set./dez. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000300012>. Acesso em: 5 maio 2025.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Teresina: APL; FUNDAC, 2010.
- DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da História**: o processo de independência no Brasil, visto pelas lutas no Piauí (1789/1850). 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- FONSECA NETO, Antônio. **Jenipapo**: riacho irrigado com sangue da Esperança. Teresina: Governo do Estado do Piauí, 2010.
- FREITAS, Clodoaldo. O Fatalismo. **Revista da Academia Piauiense de Letras**, ano 8, n. 9, set. 1925.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- LIMA, Guilherme. **O ensino de história no Brasil: da história natural à história naturalizada**. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas/SP, Unicamp, 2011.
- MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane de. **Passaporte para a História: 8º ano**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2008.
- MONTE, César Robério. **"Heróis da pátria" e "facinorosos"** – caminhos percorridos pelas camadas populares nas lutas pela independência no Piauí. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba, 2024.
- MONTELLATO, Andrea; CABRINI, Conceição; CATELLI, Roberto. **História temática**: terra e propriedade – 7ª série. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2000.
- NEVES, Abdias. **A Guerra do Fidié**. 4 ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.
- NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. 3. ed. Teresina: FUNDAPI, 2007. v. 2.
- PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Ensino de História e passado prático: notas sobre a BNCC. In: RIBEIRO JUNIOR, Halferd Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi (Orgs.). **Ensino de História e currículo**: reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular, formação de professores e prática de ensino. Paco Editorial, 2017.
- QUEIROZ, Teresinha. A História da Independência no Piauí: das Escritas Instituintes aos Revisionismos, das Versões Modernas às Celebrações. **Revista Humana Res**, v. 1, n. 5, 2022, ISSN: 2675-3901 p. 59 a 81, jan. a ago. 2022. Disponível:

<https://revistahumanares.uespi.br/index.php/HumanaRes/article/view/121> Acesso em: 12 maio 2024.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. A participação popular questionada no processo de Independência no Piauí. **Revista Cadernos de Teresina**, Teresina, v. 7, n. 1, p. 45-49, ago. 1993.

SILVA, Carlos Alberto Pereira da; NEVES, Clayton Ferreira das; NERY, Elenice Maria; ANJOS, Marília Daniela Aragão dos (orgs.). **Curriculum do Piauí: um marco para a educação do nosso estado: educação infantil, ensino fundamental**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da independência da província do Maranhão: 1822-1828**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1972.

SOUSA NETO, Marcelo de. Os filhos indesejados da Nação: as lutas pela Independência no Piauí e a exclusão dos grupos populares (1821-1823). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1-20, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2022.1.42416>. Acesso em: 13 nov. 2024.

TERESINA. Secretaria Municipal de Educação. **Curriculum de Teresina: ensino fundamental, componente curricular: história**. Teresina: UPJ Produções, 2018.

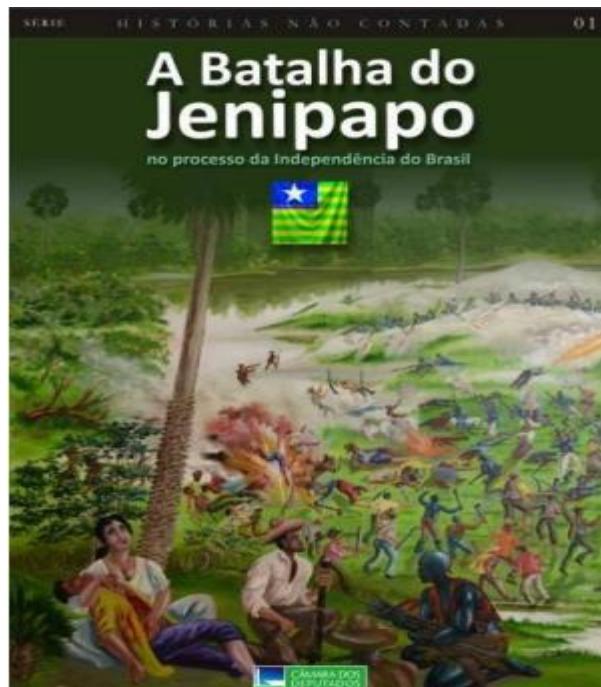
VICENTINO, Cláudio. **Projeto Radix – raiz do conhecimento: História, 8º ano**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2011.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. **Teláris História – 8º ano**. São Paulo: Editora Ática, 2018.

ANEXOS

(Anexo A)

Capa do livro "A Batalha do Jenipapo no processo da Independência do Brasil".



Publicação disponível no endereço https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/atividades-anteriores/exposicoes-artisticas/copy_of_batalha-do-jenipapo-1, acessado em 20 de maio de 2025.

(Anexo B)

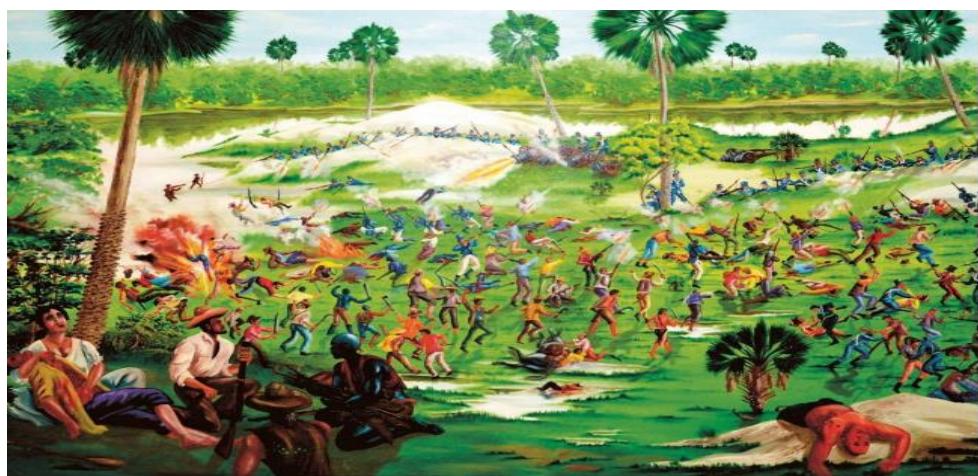


Imagen: Batalha do Jenipapo – 13 março de 1823 – Campo Maior (PI) - (Artes Paz)